

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL – PLAGEDER**

DIEGO WEIZENMANN

**A CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CITRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO
HORTÊNCIO/RS E O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL**

**Picada Café
2013**

DIEGO WEIZENMANN

**A CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CITRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO
HORTÊNCIO/RS E O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Coorientador: Tutor MSc. Lívio Sergio Dias Claudino

**Picada Café
2013**

DIEGO WEIZENMANN

**A CONSTRUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CITRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO
HORTÊNCIO/RS E O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (B)

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida
Orientador
UFRGS

Prof(a). MSc. Lorena Cândido Fleury
UFRGS

Prof. Dr. Fábio Kessler Dal Soglio
UFRGS
Picada Café, 18 de julho de 2013.

RESUMO

O papel da extensão rural no Brasil vem sendo amplamente discutido nos últimos anos, seja pelos resultados alcançados, pelas consequências do seu trabalho ou pela necessidade de revisão metodológica atualizada a uma nova realidade rural. Nesse trabalho, busca-se elementos da atual relação entre o que a extensão rural oferece aos agricultores e o que estes esperam da assistência técnica, por meio da análise de uma associação de produtores que tem buscado novas alternativas comerciais com apoio da ATER pública. A pesquisa foi desenvolvida junto à Associação de Citricultores de São José do Hortêncio/RS (HORTENCITRUS), instituída no ano de 2009 por agricultores familiares produtores de citros do município. Esta associação surge fomentada pelo trabalho dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública, com o objetivo de buscar novas alternativas comerciais aos agricultores familiares, como o “Mercado Justo”. A questão norteadora foi: como surgiu a associação de citricultores de São José do Hortêncio/RS e qual o papel da ATER pública neste processo? Para responder a esta questão, foi utilizada a pesquisa qualitativa por meio de observação e entrevistas com roteiro semiestruturado de perguntas, e também uma pesquisa bibliográfica. As análises revelaram o papel e a forma de atuação da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí, promovendo o debate coletivo de equipes multidisciplinares, organizadas em torno de um planejamento estratégico da cadeia produtiva com foco no pequeno produtor; e a união de forças com interesse comum, organizadas pela ATER pública, permitindo uma mobilização regional, indo além do debate e já adentrando às práticas produtivas e comerciais. A análise demonstrou que o próprio modelo organizacional na forma associativa e cooperativa já rompe paradigmas locais, sendo esta a primeira grande barreira local.

Palavras-chave: Extensão rural. Agricultura Familiar. Associativismo. Mercado Justo.

ABSTRACT

The role of rural extension in Brazil has been widely discussed in recent years, whether the results achieved by the consequences of its work or the need for an updated methodological review for a new rural reality. In this work, I seek elements of the current relationship between what the rural extension has been offering for the farmers and what they expect of technical assistance, through the analysis of an association of producers which has sought new commercial alternatives with support from public TARE. The search was developed with the Citrus Growers Association of São José do Hortêncio / RS (HORTENCITRUS), established in 2009 by family farmers' citrus growers of the county. This association arises fostered by the work of the organs of Technical Assistance and Rural Extension public (TARE), with the goal of seeking new commercial alternatives for the farmers, as the "Fair Market". The question was: how has arisen the association of growers of São José do Hortêncio / RS and what is the role of public TARE in this process? To answer this question, it was used a qualitative research through observation and interviews with semi-structured questions, and also literature search. The analysis revealed the role and form of operation of Regional Sectorial Chamber of Citrus From Vale do Caí, promoting collective debate of multidisciplinary teams organized around a strategic planning of the supply chain with a focus on small producers, and joining forces with interest common, organized by public TARE, allowing a regional mobilization, going further the debate and now entering the production and commercial practices. The analysis showed that the organizational model itself in cooperative and associations forms breaks local paradigms, this being the first major local barrier.

Keywords: Rural extension. Family Farming. Associations. Fair Market Value.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL CONCEITUAL	10
2.1	O QUE É A EXTENSÃO RURAL?	10
2.2	EXTENSÃO RURAL: BREVE HISTÓRICO NO BRASIL	12
2.3	ENFOQUES TEÓRICOS DA EXTENSÃO RURAL	16
2.4	O EXTENSIONISTA E AS AÇÕES DA EXTENSÃO RURAL	20
2.5	ASSOCIATIVISMO E O MERCADO JUSTO	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4	A ASSOCIAÇÃO DE CITRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO/RS E A EXTENSÃO RURAL	31
4.1	A APROXIMAÇÃO À HORTENCITRUS	31
4.2	PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES SOBRE A EXTENSÃO RURAL	35
4.3	O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA HORTENCITRUS	43
4.4	TECENDO RELAÇÕES ENTRE AS ATER E A COOPERATIVA DE CITROS	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICES	62

1 INTRODUÇÃO

O papel da extensão rural no Brasil vem sendo amplamente discutido nos últimos anos. Esta discussão ocorre seja pelos resultados alcançados, pelas consequências do seu trabalho ou pela necessidade de revisão metodológica atualizada a uma nova realidade rural. Neste trabalho deverão ser buscados elementos da atual relação entre o que a extensão rural oferece aos agricultores e o que estes esperam da assistência técnica, por meio da análise de uma associação de produtores que tem buscado novas alternativas comerciais com apoio da ATER pública.

Este estudo foi realizado no município de São José do Hortêncio, pequeno município do estado do Rio Grande do Sul com apenas 4.094 habitantes, sendo 1.449 na área rural e 2.645 na área urbana (IBGE, 2010). O município pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Caí, bem próximo da região metropolitana do estado, tendo seus limites geográficos com as cidades de Feliz, São Sebastião do Caí, Portão, Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Picada Café e Linha Nova.

Segundo dados do censo agropecuário (IBGE, 2006), 83,82% do número de estabelecimentos rurais de São José do Hortêncio possuem menos de 20 ha, já os estabelecimentos rurais com mais de 100 ha representam apenas 0,49%, com uma agricultura predominantemente familiar de produção diversificada e voltada ao mercado, abastecendo os centros urbanos do entorno. Da produção agrícola do município é possível destacar a horticultura e a fruticultura, estas fortemente vinculadas à comercialização nas Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA).

No ano de 2009, surgiu no município a Associação de Citricultores de São José do Hortêncio (HORTENCITRUS), composta atualmente por 22 associados, agricultores familiares produtores de citros do município. Esta associação surge fomentada pelo trabalho dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública com o objetivo de buscar novas alternativas comerciais aos agricultores familiares, como o “Mercado Justo”, que oportuniza um canal direto de comercialização sem atravessadores a preços compatíveis. Esse sistema objetiva a geração de renda para as famílias produtoras.

O processo de mobilização coletiva e a formação da associação HORTENCITRUS tornam-se parte da construção de uma organização ainda maior, a Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul Ltda. (COOFRUTAF). Adotam-

-se, assim, o associativismo e cooperativismo como formas de organização e fortalecimento da agricultura familiar, aumentando sua representatividade.

Segundo informações do site oficial da COOFRUTAF, a cooperativa é formada por 280 associados. Eles estão agrupados em 21 organizações de base, grupos organizados, cooperativas e associações, distribuídas em diversos municípios da região do Vale do Caí/RS, sendo representada em São José do Hortêncio pela HORTENCITRUS, conforme indicado na Figura 1.



Figura 1: Área de abrangência da COOFRUTAF.

Fonte: COOFRUTAF (2013). Disponível em: <<http://www.coofrutaf.com.br/localizacao>>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

Com certificação de Mercado Justo desde julho de 2012, a COOFRUTAF destacou-se por sediar o Encontro Internacional do Comércio Justo ocorrido em novembro de 2012. As proporções da organização dos agricultores familiares produtores de citros da região, em torno de diversas associações e cooperativas, demonstra um potencial de mobilização para as famílias envolvidas nesta importante cadeia produtiva da região. Estas mobilizações têm participação da ATER pública, demonstrando haver iniciativas voltadas à agricultura familiar da região.

O papel da extensão rural pública está em constante debate, pois sua atuação é de extrema relevância como instrumento de ação para importantes políticas públicas que visam ao desenvolvimento rural. Assim, para que se possa analisar as ações da ATER pública no meio rural, precisa-se primeiramente compreender o processo complexo em que a extensão rural está envolta, de suas origens a suas atuais concepções.

Para Wagner (2011), o serviço de extensão rural impulsionou o processo de modernização da agricultura. Segundo a autora (2011), em sua origem nos Estados Unidos, teve como papel inicial o elo entre universidades ou centros de pesquisa com as populações rurais, o chamado modelo clássico de extensão. Este modelo, segundo Wagner (2011), parte do centro de pesquisa para o extensionista e deste para o agricultor, por meio de um processo de transferência de tecnologia e de uma comunicação unilateral.

O serviço de extensão rural no Brasil, segundo Wagner (2011), nasceu em 1948 com a criação da ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais). A criação dos serviços de ATER no Brasil, de acordo com Wagner (2011), era focada em resolver problemas de baixa produtividade da terra e baixo nível de vida das populações rurais por meio de uma “orientação adequada”, voltada à adoção de novas tecnologias e insumos externos, em que os agricultores “deixariam de ser arcaicos”. Assim, segundo a autora, a formação e atuação de técnicos extensionistas introduziram mudanças planejadas alicerçadas na teoria difusionista-inovadora, tendentes a considerar os problemas sociais como meramente técnicos. Além disso, passou-se a técnicas didático-pedagógicas e estratégias de comunicação para difundir ideias de forma vertical, expandindo a lógica capitalista-industrial na agricultura e no meio rural.

Este processo de modernização da agricultura, conforme Wagner (2011), gerou a dependência tecnológica de agricultores e foi fomentado pelo modelo clássico de extensão rural. Mas, para essa autora (2011), a partir do fim do regime militar e das pressões das organizações sociais do campo, a extensão rural passou a experimentar novos modelos organizativos e novas formas de atuação mais participativas.

Para Caporal (2003), é necessário introduzir mudanças institucionais e transformar a prática convencional de extensão rural, a fim de atender às novas demandas da sociedade e aos novos desafios do desenvolvimento sustentável. Segundo esse autor (2003), é necessário haver uma ruptura com o modelo clássico de extensão rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, com novos objetivos e estratégias de extensão rural pública.

A importância da extensão rural exige estudos que contribuam para seu constante aperfeiçoamento. Trata-se, pois, do elo mais próximo entre o planejamento e a gestão pública e a ação real no meio rural. Portanto, a extensão torna-se uma ferramenta complexa diante da diversidade social, econômica e ambiental encontrada. Para Almeida (1989), os métodos tradicionais de extensão precisam ser investigados, se os mesmos geram os resultados esperados, quais métodos são mais adequados aos diversos contextos regionais, ou se atendem às necessidades e interesses do agricultor considerando os diferentes padrões culturais.

Perante o surgimento de novas percepções sobre o desenvolvimento rural e sobre as novas abordagens mais participativas e localizadas, há a modificação das relações entre extensionistas e agricultores. Além disso, as possibilidades de construção de novos espaços coletivos de discussão e associação, que podem ter sido proporcionados por ações diretas ou indiretas de extensão rural pública que motivaram esta pesquisa. Nesse sentido, partindo dessas reflexões, o problema que norteia esta pesquisa é: como surgiu a associação de citricultores de São José do Hortêncio/RS e qual o papel da ATER pública neste processo?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de formação da associação de citricultores de São José do Hortêncio/RS e o papel da ATER pública na sua formação. Como objetivos específicos buscam-se: identificar as principais demandas e expectativas dos produtores associados à HORTENCITRUS em relação à extensão rural; observar o processo de formação da associação HORTENCITRUS; e analisar a atual relação entre os produtores associados à HORTENCITRUS, ATER pública, e a construção da associação.

Este trabalho busca encontrar elementos dos debates teóricos sobre a extensão rural nas demandas e percepções reais de agricultores, procurando discutir as percepções e expectativas com relação a ATER pública e seu papel no desenvolvimento rural local. Procura-se com isso contribuir no debate acadêmico, principalmente por trazer elementos e percepções empíricas carregadas de valor, extraídas diretamente dos agricultores.

A motivação para a realização desta pesquisa se dá principalmente pela busca por novas ações promovidas por organizações de ATER pública que se diferenciem por priorizar o agricultor familiar. Mesmo que ainda não haja um rompimento total com as práticas convencionais de extensão, sendo amplamente participativa, são os novos e pequenos passos e experiências que levam ao caminho das maiores transformações, sendo necessárias análises que orientem novas iniciativas.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

Este capítulo busca apontar pesquisas relacionadas à ATER pública, produzidas por estudos e percepções de diversos autores. Apresentam-se primeiramente conceitos de extensão rural e um breve levantamento do seu processo histórico de desenvolvimento no Brasil. Além disso, buscam-se percepções e enfoques teóricos sobre o papel e a atuação da ATER pública e dos agentes de extensão rural.

No final deste capítulo, são abordados os conceitos de Associativismo e Mercado Justo, temas que estão diretamente relacionados ao processo de formação da associação HORTENCITRUS e da cooperativa COOFRUTAF. Assim, a necessidade da abordagem destes conceitos se faz essencial à compreensão das formas de mobilização, organização e articulação da associação e cooperativa de produtores familiares, atendendo os objetivos desta pesquisa.

2.1 O QUE É A EXTENSÃO RURAL?

Almeida (1989) em seu livro “Pesquisa em Extensão Rural: Um manual de Metodologia” preocupou-se com o empirismo das pesquisas em extensão rural. Ele buscou, através deste trabalho, desenvolver um manual de métodos de pesquisa adaptado à área. Segundo o autor, na área de extensão rural, estudiosos de várias disciplinas e escolas de pensamento realizam pesquisa e ação. Portanto, é fundamental que o pesquisador conheça os resultados das investigações realizadas por outros colegas e entenda as conceituações fundamentais e os pressupostos básicos que acompanham os resultados.

A extensão rural, segundo Almeida (1989, p. 9), “é um termo difícil de ser definido por causa da multiplicidade dos objetivos e da diversidade dos meios para atingir os mesmos”. Assim, segundo esse autor, o termo pode ter diferentes significados, mas é possível estabelecer características comuns. Para o autor, o processo de extensão rural consiste em levar informações úteis e relevantes ao agricultor (dimensão comunicacional), para ajudá-lo a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes. Com isso, ele pode utilizar estas informações com eficiência (dimensão educacional), contribuindo na melhora de seu nível de vida.

Para Caporal (1991), há uma multiplicidade de percepções e entendimentos acerca do conceito de extensão rural e formas diferenciadas são abordadas nos discursos gerais das bibliografias sobre o tema. Caporal (1991) preocupou-se em nivelar a base de entendimento sobre este conceito tratado em sua pesquisa. Utilizando-se da análise de Freitas (1990 p. 101), Caporal (1991) define extensão rural como uma prática socialmente sancionada, executada por uma organização com a atuação de profissionais, sendo capaz de ajudar famílias rurais a melhorarem seus níveis de vida por meio da intervenção nas relações de produção como processo educativo.

No entanto, para Caporal (1991, p. 17), há mais uma questão a ser resolvida: “é a extensão rural uma organização, uma atividade ou uma atividade de organização?”. O autor analisa a extensão rural como uma instituição, ou seja, “extensão rural constitui-se de um conjunto de normas, regras e valores, sancionados pela sociedade em um determinado momento histórico, como necessários ou funcionalmente adequados”. Assim, segundo o autor, a instituição não é algo imutável, mas moldada de acordo com as necessidades e relações de forças presentes. Assim, a extensão rural passa a ser resultado de movimentos que elaboram e reelaboram as normas, regras e valores que orientam as práticas extensionistas.

Ao ver a extensão rural como instituição, segundo Caporal (1991), é possível identificá-la sendo utilizada por diversas organizações, sejam públicas ou privadas. Estas interferem nestes movimentos da extensão rural, no que o autor chama de “movimento dialético instituinte/instituído”, sendo possível verificá-los através da análise dos discursos da extensão em seus diferentes momentos históricos.

Entre os autores citados, partindo de Almeida (1989) à Caporal (1991), encontra-se um incremento significativo de complexidade ao conceito de extensão rural e seu papel. De uma perspectiva ainda de avaliação dos métodos utilizados pelo modelo clássico de extensão, baseado na teoria difusionista-inovadora. A uma nova perspectiva teórica voltada a métodos e práticas que incorporem ao processo de planejamento participativo, conhecimentos e estruturas de poder.

Santos (2006), em estudo sobre as técnicas e métodos utilizados pela extensão rural, aborda a prática de extensão rural enfatizando sua característica educativa. Para essa autora, a prática da extensão rural é caracterizada pelo processo educacional que busca provocar mudanças comportamentais que levem à transformação sociocultural da população atendida. Entre os principais objetivos da extensão, segundo a autora, está o desenvolvimento

individual da população rural, transformando condições econômicas, sociais e políticas por meio da disseminação de informações e conhecimentos.

Já de acordo com Caporal (2003), a extensão rural possui um conceito tradicional. Esta extensão é entendida como uma deliberada intervenção, pública ou privada, em um determinado espaço rural, realizada por agentes externos ou do próprio meio, que seja voltada a mudanças nos processos produtivos, socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população implicada. Mas, segundo o autor, devido às novas propostas de um novo desenvolvimento sustentável, este conceito não é mais suficiente para expressar o papel da extensão rural.

Para Caporal (2003), dada a necessidade de novos enfoques, um novo conceito mais adequado seria o de “Extensão Rural Agroecológica”. Tal conceito buscaria assumir um processo de intervenção educativo/transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitisse uma construção social do desenvolvimento pelos próprios sujeitos, para alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável e adotar os princípios teóricos da Agroecologia, com soluções adequadas às condições específicas de cada local.

Esta característica educativa/transformadora, comum nas colocações dos autores abordados, pode ser considerada um eixo central no processo de extensão rural. Ainda assim, tem seus métodos e objetivos alterados e transformados de acordo com as normas e valores sancionados pela sociedade conforme citado acima. Estas transformações se apresentam em diferentes discursos ao longo do tempo e dos diferentes momentos históricos.

2.2 EXTENSÃO RURAL: BREVE HISTÓRICO NO BRASIL

De acordo com Almeida (1989), o termo “extensão agrícola” surgiu nos Estados Unidos no final do século passado em resposta a necessidades locais. Surgiu por pressões locais de agricultores organizados em associações e, até mesmo, pela iniciativa de comerciantes e banqueiros, baseados na premissa de que sua prosperidade dependia da prosperidade dos agricultores, com patrocínio de diversos órgãos. Também havia, já naquele período, uma agricultura “moderna”, amplamente comercial e ligada ao crédito e à utilização de sementes e implementos.

Wagner (2011) destaca que a prática extensionista tem suas origens após a Guerra de Secessão (1861-1865) nos Estados Unidos, que marcou a transição da agricultura americana escravagista para uma nova estrutura industrial. Segundo a autora, a concorrência de grandes empresas capitalistas levou os pequenos fazendeiros a se organizar na busca por soluções, destas ações instituíram-se em vários estados os Conselhos de Agricultura e, em 1914. Com base nestas experiências, o governo oficializa o Trabalho Cooperativo de Extensão Rural, atuando como um elo entre universidades e centros de pesquisa, e as populações rurais.

Almeida (1989) salienta que a introdução da extensão rural nos países em desenvolvimento ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, com exceção da África (1970). Algumas características, como o “transplante” do modelo norte-americano caracterizado pelo assistencialismo, a falta de profissionais qualificados na área nestes países e a ligação da extensão rural ao Ministério da Agricultura, ocasionaram, segundo o autor, uma maior ênfase na parte administrativa dos serviços em relação às atividades. Assim, formaram ao longo do tempo um órgão repassador de tecnologia dos países desenvolvidos.

Segundo Caporal e Costabeber (1994), a extensão rural passa a ser introduzida no Brasil a partir dos anos 1950. Ela assumiu o papel de “educar” o homem do campo, tirando-o do atraso para torná-lo consumidor da crescente produção industrial, principalmente a voltada à produção agrícola. Percebeu-se, entretanto, já na primeira década, que os resultados das ações de extensão rural junto aos pequenos produtores não atingiam os resultados esperados.

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), expandindo-se por vários estados, passou a coordenar as ações de extensão rural, buscando de forma organizada fortalecer as atividades principalmente junto aos jovens agricultores. Com este esforço e com o foco na introdução de novas técnicas e difusão de tecnologias, as metodologias de atuação foram se aperfeiçoando, mas ainda sem resultados suficientemente satisfatórios capazes de criar absorção massiva de produção industrial. Assim, de acordo com Caporal e Costabeber (1994), em 1960, foi realizada uma reunião para avaliar os resultados da extensão rural. Nesta, concluíram que os trabalhos realizados junto aos pequenos agricultores não traziam os resultados esperados. Orientaram-se assim as atividades da extensão para os médios e grandes produtores capazes de adotar as novas tecnologias.

Caporal e Costabeber (1994) também destacam que, além da priorização dos médios e grandes produtores, um novo instrumento de política pública é introduzido. Este se torna, a partir da década de 1970, a base das ações da extensão rural, o crédito subsidiado, que contribui diretamente para a difusão de tecnologias bem como restringe as atividades aos

procedimentos burocráticos para aquisição de financiamentos, e as instruções técnicas acerca do novo empreendimento.

Mesmo com a alteração institucional para Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), para Caporal e Costabeber (1994), não houve grandes mudanças, pois o foco, no crédito e na difusão de tecnologias e a priorização dos médios e grandes produtores, permaneceu. Apenas ações complementares de cunho social com famílias de “baixa renda” incrementaram essa alteração. Desta forma, contribuindo para promover uma agricultura subordinada à indústria, a extensão rural faz sua “autocrítica” a partir dos anos 1980. Mas, segundo os autores, não conseguindo avançar além do discurso, presa aos resultados de suas próprias atividades que contribuíram para a diferenciação social na agricultura e o agravamento de impactos ambientais.

Caporal e Costabeber (1994) apontam o esgotamento do modelo de crescimento imposto ao setor agrícola por meio da inovação da base técnica e de crédito, instrumentado pela “Revolução Verde” por pacotes tecnológicos difundidos pela extensão rural. Analisando a extensão rural até o início da década de 1990, segundo os autores, as ações extensionistas precisavam de mudanças em sua postura autoritária, para passar a atuar com novos métodos, embasados por novas bases teóricas.

Segundo Wagner (2011), foi somente no final do regime militar que a extensão começou a experimentar novos modelos e formas de atuação em função, principalmente, de organizações e pressões sociais no campo que criticavam o modelo de difusão de pacotes tecnológicos da Revolução Verde. De acordo com Wagner (2011), os instrumentos clássicos de pesquisa abriram espaço a novos conceitos, mais participativos, muitos fundamentados por teorias e métodos da educação popular. Foram desenvolvidos neste período, métodos, técnicas e ferramentas que buscam a participação popular e a qualificação da comunicação entre atores sociais tão distintos como extensionistas e agricultores.

Um destes novos métodos participativos que surge neste período é o Diagnóstico Rural Rápido (DRR). Este método, de acordo com Chambers e Guijt (1995), foi um dos precursores do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Segundo os autores, o DRR é utilizado na obtenção de dados para a elaboração e análise de novos projetos. Ou seja, ele contribui principalmente para que os agentes obtenham informações e compreendam a população local de forma rápida e eficiente, tendo caráter participativo na construção conjunta de ferramentas de diagnóstico, mas sem conduzir necessariamente a autogestão da comunidade.

O DRP evoluiu a partir das investigações participativas do DRR. Porém, ele avança sobre um objetivo maior de capacitar a população local para realizar sua própria análise na busca por melhorar sua própria situação. De acordo com Chambers e Guijt (1995, p. 8), “o exercício de DRP no campo não é só para gerar informações ou ideias, mas também para uma análise e um aprendizado por parte da população local”. A utilização de diversas técnicas e ferramentas participativas que visam à autorreflexão sobre sua realidade, seus problemas, bem como a busca por alternativas através do diálogo e de troca de informações, se apresenta como um caminho mais embasado para suportar projetos, pois agregam conhecimentos técnicos, experiências e conhecimentos empíricos e as demandas locais.

No Rio Grande do Sul, segundo a EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009 p. 218), “a assistência técnica oficial dos agricultores do Estado foi iniciada em 1930 pela Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, mais tarde transformada em Secretaria da Agricultura” com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e matérias-primas para abastecer o crescimento urbano e industrial. Com a consolidação da filosofia e metodologia de extensão rural no país, é criada em julho de 1955 a Associação Sulina de Crédito e Assistência Técnica Rural (ASCAR). Mais tarde em 1977, é fundada a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (idem), tornando-se a operacionalizadora oficial de assistência técnica e extensão rural, vinculada ao Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (ibidem).

Deponti (2010) analisa a intervenção para o desenvolvimento rural por meio da extensão rural pública no Rio Grande do Sul. Segundo a autora, a história da extensão rural no Rio Grande do Sul confunde-se com a própria história da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR), sendo esta a agência oficial e principal operacionalizadora das Políticas Públicas da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA-RS).

Para Deponti (2010), no estado do Rio Grande do Sul, as intervenções para desenvolvimento rural são públicas e privadas. Segundo a autora, a mediação realizada pela extensão rural caracteriza-se por utilizar métodos e técnicas de acordo com a missão institucional da agência. Agentes de desenvolvimento com características diversas, de acordo com suas competências nas mais diferentes áreas, conduzem-nas, utilizando diversas técnicas, e fazem da extensão rural uma ferramenta de intervenção para o desenvolvimento.

O processo histórico da extensão evidencia desde seu surgimento, a utilização de um modelo voltado à introdução e difusão de tecnologias no meio rural, orientado ao aumento da

produção e a absorção de produção industrial. Agindo como mediador entre a pesquisa e o meio rural, a extensão rural utilizou e aperfeiçoou métodos e técnicas de persuasão, difundindo pacotes tecnológicos que transformaram o meio rural com a utilização do crédito subsidiado e a priorização dos maiores e mais capitalizados produtores. Os efeitos sociais e ambientais deste processo são questionados, levando a discussão de novos caminhos para a atuação da extensão rural.

2.3 ENFOQUES TEÓRICOS DA EXTENSÃO RURAL

Para Almeida (1989), a extensão rural tornou-se uma organização política bem estruturada, integrando, na maioria dos países, os planos nacionais de desenvolvimento rural do governo. Segundo o autor, universidades e escolas agrícolas estudam a extensão, enquanto os extensionistas buscam estímulos e técnicas mais eficientes, pois a manutenção da pesquisa e investigação constante sobre o tema é indispensável para o desenvolvimento e progresso da ciência de extensão rural, que tem por função esclarecer, explicar e prever problemas da vida rural sugerindo soluções.

Originalmente concebida para ações que consistiam em levar ao campo novos conhecimentos e tecnologias, de acordo com Almeida (1989, p. 13), as transferências tecnológicas eram promovidas por meio de planos de ação ou programas que tinham o produtor rural como um receptor passivo. No entanto, segundo esse autor, percebeu-se a necessidade de levar em consideração situações existenciais, como a família e a comunidade, compreendendo sistematicamente “o conjunto aspiracional do homem do campo”, e a partir dele introduzir meios mais eficazes de persuasão.

Nesta percepção, não se alteram os enfoques de atuação da ATER pública, seguindo o modelo difusionista, utilizando-se apenas novas técnicas de persuasão dos agricultores. Evidencia-se desta forma, as colocações de Caporal e Costabeber (1994), de que a extensão rural faz sua “autocrítica” a partir dos anos 1980, mas sem avançar além do discurso, presa aos resultados de suas próprias atividades que contribuíram para a diferenciação social na agricultura e o agravamento de impactos ambientais.

Após as análises históricas da Extensão Rural, Caporal e Costabeber (1994) propõem uma nova Extensão Rural que precisa definir claramente seu público, principalmente o

pequeno agricultor familiar. Além disso, segundo os autores, é fundamental que haja mudanças em suas bases teórico-conceituais, revisando o processo educativo e comunicativo, transformando-o em um processo dialógico, horizontal e capaz de respeitar os conhecimentos e saberes dos sujeitos envolvidos.

Para Caporal (2003), a ATER pública, como ferramenta de ação do Estado, deve apoiar os setores menos favorecidos, com estratégias locais de desenvolvimento. Ela precisa atuar, por exemplo, sobre questões ambientais, promoção da produção de alimentos limpos, etc. Adota-se, assim, um novo enfoque, não apenas voltado à produtividade, mas também a questões como inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental.

Caporal (2003) traz ainda em sua análise bases para uma nova ATER pública, que rompa o paradigma extensionista, efetuando mudanças institucionais, e volte-se a questões emergentes como o desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, a nova ATER pública precisa atender a mais questões que vão além da produção e produtividade agrícola, como a inclusão social, estabilidade da produção e a sustentabilidade ambiental, aplicando o enfoque científico da Agroecologia. Segundo o autor, há duas tendências distintas discutidas para o desenvolvimento rural, uma segue as linhas sustentáveis da Agroecologia e do desenvolvimento local, enquanto no outro extremo, permanece a busca por uma “Nova Revolução Verde”.

Esta busca por uma “Nova Revolução Verde” segue os mesmos padrões já estabelecidos na agricultura convencional. O prevailecimento das *commodities* em vastos monocultivos e a introdução permanente de novas tecnologias para produtos ou processos sendo estes, segundo o Caporal (2003), menos agressivos ao meio ambiente, desde que sejam economicamente rentáveis para toda a cadeia do agronegócio, não necessariamente incluindo os agricultores. Neste caminho, conforme o autor, sobra pouco espaço para o trabalho da assistência técnica e extensão rural pública, pois o ciclo de incorporação de novas tecnologias não passa mais necessariamente pela ATER pública, visto que este mercado, altamente competitivo, já desenvolveu mecanismos próprios para introduzir e difundir seus produtos, oferecendo muitas vezes, “assistência técnica” própria, com vendedores/promotores de seus produtos.

A EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009) destaca que, em seu contexto de atuação, o rompimento de paradigmas em direção a uma agricultura mais sustentável não pode partir de ações pontuais, de opções individuais e espontâneas de produtores isolados.

Faz-se necessário levar em consideração referências globais em nível de cadeias de produção, que considerem aspectos organizacionais da produção, do mercado e de consumo.

Com relação a essa perspectiva mais ampla, “a EMATER/RS frente a essa mudança de paradigma, direcionada para uma ‘tecnologia e desenvolvimento rural sustentável’ (...) está redirecionando suas ações à medida que novas exigências estão lhe sendo colocadas, acompanhando mudanças que se colocam no mercado nacional e internacional” (ALMEIDA; NAVARRO, 2009 p. 222). Ainda segundo Almeida e Navarro (2009), mudanças no padrão produtivo são lentas e exigem adequações em vários níveis, como a adequação das pesquisas, da extensão, dos consumidores.

“Entende-se que é necessário incrementar o desenvolvimento de ‘tecnologias brandas’ (de baixo impacto ambiental), em substituição gradativa ao uso de ‘tecnologias duras’ ou de forte impacto ambiental” (EMATER/RS apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009 p. 222). Ainda de acordo com a EMATER/RS (idem 2009), a mudança de paradigma e a adesão dos agricultores dependem da viabilidade técnica e econômica das novas tecnologias empregadas, pois é necessário haver verdadeira eficácia e eficiência econômica das novas alternativas, que permitam a manutenção da rentabilidade. Além disso, outro fator extremamente relevante é a redução do esforço e desgaste físico do trabalho penoso na atividade agrícola.

Gehlen (1988), Caporal e Costabeber (1994) utilizam estratificações em categorias sociais para evidenciar que a extensão rural não pode mais trabalhar indiferente ao público, indicando que os grandes produtores dispõem de acesso a outras fontes de informação e assistência e não necessitam utilizar seus serviços. Para os autores, há ainda uma faixa intermediária de produtores chamados “colonos-fortes”. Estes ainda utilizam a ATER pública para ações pontuais, principalmente nas buscas por encaminhamento de projetos para captação de recursos de crédito rural e ações pontuais como no caso de pragas ou doenças. Mas, sem a iniciativa de procurar por apoio da extensão rural, recebem os técnicos sem seguir a maioria das recomendações.

Nas concepções de Caporal e Costa Beber (1994), a extensão rural pública precisa priorizar o atendimento dos pequenos agricultores. Ademais, deve ir além de práticas assistencialistas, auxiliando verdadeiramente na implantação de políticas transformadoras, organizando-se em conjunto com sindicatos, associações e demais organizações que tenham as mesmas prioridades. Para atender aos pequenos agricultores e também aos “agricultores

fortes”. Segundo os autores, não há mais espaço para o processo de difusão e transferência de tecnologias, mas a necessidade de buscar atender as demandas locais das famílias rurais.

A EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009, p. 223) aponta que, inserido em uma nova proposta de desenvolvimento sustentável, tem seu planejamento de trabalho voltado justamente em nível de comunidades rurais. Também se direciona à organização dos agricultores de forma coletiva, na forma associativa formal ou informal, bem como na forma de delimitação regional através de microbacias hidrográficas, que levem em consideração aspectos ambientais locais na gestão de projetos e o uso da metodologia de “diagnóstico rápido em sistemas de produção” (loc. Cit.).

Para Santos (2006), o enfoque pedagógico é a essência da prática da extensão rural, pois determina a filosofia e um estilo dentro de um sistema, o que produz a estrutura, a direção, os programas, os recursos e suas conexões. Por ser um processo de essência educativa, a análise do enfoque pedagógico utilizado determina sua atuação. Neste sentido, em seu trabalho, a autora apresenta oito enfoques pedagógicos: o enfoque geral da extensão rural; o enfoque especializado em função dos produtos; o enfoque de capacitação e visitas; o enfoque baseado na participação; o enfoque de extensão por projetos; o enfoque de desenvolvimento de sistemas agrícolas; o enfoque de distribuição de custos e o enfoque de instituições educativas.

Santos (2006) também analisa as práticas e técnicas educativas utilizadas pela EMATER/RS, enfatizando as limitações dos métodos e técnicas. Segundo a autora, o atendimento no escritório é a prática mais utilizada pela instituição, seguida do Enfoque de Capacitação e Visitas e do Enfoque Geral da Extensão Agrícola. Este último, de acordo com a autora, é o mais utilizado no mundo e também muito utilizado no estado pela EMATER/RS. Já o Enfoque Geral tem por base o pressuposto de que os agricultores não têm conhecimento sobre as tecnologias aplicáveis ao seu padrão de produção, buscando melhorar as técnicas e aumentar a produção e a qualidade através da transferência de tecnologia.

O enfoque participativo, segundo Santos (2006), tem um crescimento progressivo nas ações realizadas pela EMATER/RS. Desse modo, atinge a cada ano um número maior de pessoas, através dos Planos de Desenvolvimento Comunitários, Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP's) e Unidades de Experimentação Participativas (UER). Ainda assim, está longe de ser amplamente difundido e ainda carece de estruturação.

Para esta proposta de uma agricultura mais sustentável, a EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009, p. 225) apresenta uma série de dificuldades, entre elas: a

necessidade de uma abordagem interdisciplinar; a formação acadêmica dos técnicos; falta de suporte de pesquisa; falta de indicadores de sustentabilidade; falta de parâmetros para caracterizar produtos agroecológicos; imposições legais como a obrigatoriedade de utilização de insumos químicos para que o produtor obtenha crédito para custeio; consumidores não preparados; viabilidade econômica; e penosidade do trabalho.

2.4 O EXTENSIONISTA E AS AÇÕES DA EXTENSÃO RURAL

Deponti e Almeida (2012) fazem uma análise das práticas de intervenção para o desenvolvimento rural realizado pela EMATER/RS-ASCAR. Os autores focam inicialmente na prática de intervenção, buscando compreender as formas de interação, os procedimentos, as estratégias, os tipos de discurso e as negociações e manobras que visam legitimar os interesses dos envolvidos.

Para Deponti e Almeida (2012), as intervenções para o desenvolvimento rural buscam, em sua grande maioria, promover a qualidade de vida e a sustentabilidade dos recursos nas dimensões econômica, política, ambiental e sociocultural. No entanto, segundo os autores, as intervenções nem sempre produzem os resultados esperados, pois não são efetuados em espaços claros e definidos, mas em ambientes muito complexos e dependentes das inter-relações entre os atores envolvidos.

Segundo os autores (2012), o extensionista em si carrega uma posição de conflito, pois precisa considerar os interesses da agência de desenvolvimento, seus próprios interesses e os interesses das demais pessoas relacionadas. Os projetos de desenvolvimento são envoltos por relações sociais que acabam aproximando mundos distintos como do técnico e do agricultor. Muitas vezes, há entre estes, interesses distintos e conflituosos, mas permanece com o extensionista a posição de administrador.

Deponti e Almeida (2012) exemplificam esta posição de administrador de inter-relações e interesses. O exemplo está nas metas que o extensionista tem a cumprir perante a agência de desenvolvimento, pois, mesmo que ele identifique as demandas locais do agricultor e monte suas próprias estratégias de atuação, se estas não o auxiliarem em suas metas com seu empregador, pode haver comprometimento de sua atividade profissional. O extensionista fica, assim, diante de um impasse, em que deve atender aos interesses do

agricultor, confirmando a confiança que o agricultor depositou sobre ele, ou atender aos interesses da agência.

Além de apresentar cenários para a nova ATER Pública, Caporal (2003) discorre sobre os desafios da extensão para o desenvolvimento sustentável. Segundo o autor, um dos grandes desafios está nas mudanças profissionais da extensão rural e, portanto, do extensionista, visto que é preciso reformular toda a prática profissional, ou haverá as mesmas ações com novas roupagens. Segundo o autor, estas mudanças ocorrerão em intenso cenário político e ambiente conflitivo, com novos “ganhadores e perdedores”, não sendo possível que as agências passem por estes conflitos de forma neutra.

Caporal (2003) propõe este novo conceito de extensão rural. A “Extensão Rural Agroecológica” leva à necessidade de adotar novas estratégias, como a “necessidade de imersão do agente”, ou seja, a necessidade da compreensão da realidade local, da vida das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento, e dos meios social e ambiental onde estas estão inseridas. Este processo exigirá do agente de extensão rural tempo e dedicação para definição de ações e práticas compatíveis com a realidade local, sendo estas de médio e longo prazo e incompatíveis com a busca de resultados imediatos.

Além da imersão do agente, Caporal (2003) ainda destaca outras estratégias que passam a ser necessárias ao novo conceito e enfoque de extensão rural, como o resgate do conhecimento local, a participação como direito, o processo educativo capaz de fortalecer as capacidades dos atores participantes e a sistematização de experiências através do registro dos conhecimentos e de campo.

Na prática, segundo Caporal (2003), a extensão rural precisa de um novo enfoque para a ação do extensionista. Este enfoque tira das mãos do governo e da organização da extensão o poder absoluto das decisões. Isso torna a extensão como um todo participativa, envolvendo desde os beneficiários e todos os atores sociais envolvidos neste processo, alterando até mesmo os parâmetros usados para medir o êxito dos programas e procedimentos de avaliação dos serviços de extensão rural.

Esta mudança institucional, para Caporal (2003), seria necessária para que sejam efetivamente alteradas as práticas extensionistas, modificando o atual modelo de gestão piramidal da administração central montado para difusão de tecnologias da Revolução Verde, tornando-o mais cooperativo e democrático. Para isso, seria necessário também, segundo o autor, alterar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação do trabalho do extensionista,

sendo realizado conjuntamente entre técnicos e agricultores em diversos níveis, mas considerando sempre as condições locais.

Buscando mais uma vez trazer o conceito de “Extensão Rural Agroecológica” à prática, Caporal (2003) deixa claro que este só pode efetivar-se mediante a utilização de metodologias realmente participativas, principalmente nas ações em grupos com facilitadores tecnicamente treinados para desenvolver estes trabalhos. O autor ainda destaca entre outros métodos participativos, o DRP (Diagnóstico Rural Participativo) como método capaz de facilitar a troca de experiências e a ação coletiva.

Um dos grandes desafios para a construção de uma extensão voltada ao desenvolvimento sustentável de acordo com Caporal (2003) é a formação técnica do extensionista, voltada principalmente para as soluções técnicas e fragmentadas que dificultam um olhar mais amplo e sistêmico em torno da realidade complexa. Segundo o autor, este problema parte já da formação técnica ou acadêmica dos extensionistas, efetuada através de uma divisão disciplinar rígida, que visa à especialização e à difusão de “receitas técnicas e pacotes tecnológicos”.

Outro aspecto da formação profissional dos extensionistas, destacado por Caporal (2003), é o distanciamento dos cursos das ciências agrárias do agricultor enquanto indivíduo. Nesse ponto, os estudos voltam-se principalmente para processos técnico-produtivos desconsiderando, na maioria das vezes, a análise social que é a responsável pelo manejo dos recursos produtivos e ambientais. Este aspecto é considerado de menor importância no enfoque difusionista atual.

Dessa forma, Caporal (2003) afirma que a “Nova ATER” precisa do que ele chama de “novo profissionalismo”, no qual se espera que: esteja preparado para atuar primeiramente junto às pessoas; que altere conceitos, valores e comportamentos, mais do que modificar seus métodos de trabalho; que tenha a capacidade de perceber e identificar as necessidades e os valores dos seus beneficiários, bem como a capacidade de interagir com demais profissões e disciplinas, permitindo ampliar relações e possibilidades.

Este novo extensionista preserva a importância de seu papel enquanto agente de desenvolvimento rural, apesar de modificar totalmente seu enfoque de atuação. Seu trabalho torna-se, assim, muito mais complexo, imprevisível e com resultados esperados apenas a médio e longo prazo. Como observa Caporal (2003), o extensionista se tornará um “facilitador”, capaz de investigar, identificar e oportunizar ao agricultor um conjunto de opções de acordo com as suas necessidades sociais e condições ambientais.

Com alguns exemplos em entrevistas, Deponti e Almeida (2012) expõem situações em que a aplicação de programas do governo, com metas estipuladas aos técnicos, levou ao descontentamento de agricultores e ao abandono do projeto. Esta situação, segundo os autores, leva a experiências negativas que provocam a desconfiança dos agricultores, desconfiança essa que se dissipa no que os autores chamaram de “memória coletiva”, uma espécie de barreira psicológica a novas relações de confiança entre agricultores e técnicos.

Outras questões relevantes com relação à intervenção para o desenvolvimento rural são apontadas pelos autores Deponti e Almeida (2012). Entre estas, a compreensão das necessidades e dos interesses a partir do extensionista e de seu ponto de vista e interpretação, com base no seu conhecimento técnico-científico, que nem sempre reflete os desejos e necessidades reais dos agricultores; e ainda as redes de interface social dos agricultores.

Deponti e Almeida (2012) citam e exemplificam as afirmações de Long e Ploeg (1989) em que, segundo os autores, os agricultores se integram ao que chamam de redes de interface social. Pessoas que se relacionam ao processo produtivo de diversas formas compõem essa rede, que formam informações utilizadas pelo agricultor. Como exemplo, os autores citam o caso de um agricultor que procurou informações sobre uma nova cultura sugerida pelo técnico junto a outro agricultor que já havia tido experiência com o novo cultivo, ou seja, este agricultor acionou sua própria rede de relacionamento para embasar sua decisão.

A relação desigual entre extensionista e agricultor também é levantada por Deponti e Almeida (2012), principalmente quanto ao conhecimento técnico e capacidade de obter recursos. Mas, ao mesmo tempo, exemplifica que a ação, o risco e, portanto o papel principal permanece com o agricultor, que pode ou não aceitar o técnico, acionando seus recursos de poder. Segundo os autores, “o próprio silêncio pode ser considerado uma forma de poder”, não necessariamente sinal de aceitação ou passividade, mas uma manifestação, pois o poder de decisão permanece com o agricultor. Seu silêncio e suas decisões podem ser consideradas suas manobras de negociação, demonstrando que permanece nele a autoridade e capacidade para a ação.

As relações entre instituições financiadoras, técnicos e agricultores permitiram a análise e a prática de extensão rural, importantes fatores de estudo. Assim como esta complexa teia de relações e interesses pode dificultar a ação de extensão rural, este mesmo conjunto de formas de expressão pode ser uma fonte de riqueza das trocas e avanços nos processos de extensão rural.

2.5 ASSOCIATIVISMO E O MERCADO JUSTO

O conceito de associativismo, segundo o SEBRAE¹, “está relacionado a métodos de trabalho que estimulam a confiança, a ajuda mútua, o fortalecimento do capital humano, entre outros fatores”. Para o SEBRAE, os conceitos de capital humano, social e empresarial, fatores fundamentais do desenvolvimento territorial, se aproximam do conceito de associativismo. Com relação ao capital humano, esta aproximação se dá pelo pressuposto comum de proporcionar o crescimento das habilidades e competências das pessoas, por meio da reunião de grupos na busca por interesses comuns.

A necessidade de confiança, cooperação e ajuda mútua, segundo o SEBRAE, remete ao conceito de capital social. Assim, de acordo com o SEBRAE, as associações devem buscar métodos de trabalho que fortaleçam o capital humano e social, proporcionando a motivação das pessoas envolvidas e o favorecimento da sua forma de organização. Já o capital empresarial, segundo o SEBRAE, aproxima-se mais do cooperativismo, por ter um caráter mais produtivo e econômico com distribuição equitativa de riquezas, orientado também pelos princípios de ajuda mútua, igualdade, democracia e equidade.

O associativismo segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)², apresenta-se como uma alternativa para viabilização de atividades econômicas, permitindo que trabalhadores e pequenos proprietários busquem melhores condições de concorrência. Em uma percepção mais econômica, de acordo com o MAPA, a transformação de uma participação individual ou familiar para uma organização grupal e comunitária, se apresenta como uma alavanca à capacidade produtiva e comercial dos associados, com benefícios como a troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum.

Para Oliveira e Hespanhol (2011, p. 2) “as associações agrícolas se constituem como importantes alternativas de organização da produção econômica e se inserem no conjunto de estratégias de reprodução social empreendidas pelos produtores rurais familiares no Brasil”. Segundo os autores (2011), o formato de associativismo rural se tornou relevante em função

¹ Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo>. Acesso em: 05 de julho de 2013.

² Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>. Acesso em: 07 de julho de 2013.

da exclusão social gerada a partir do modelo hegemônico de gestão e funcionamento das cooperativas agrícolas. Este modelo hegemônico de cooperativa, segundo os autores, “passou a ser direcionado por um modelo de gestão empresarial pautado no pacote tecnológico da Revolução Verde e consubstanciado no crédito rural subsidiado” (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011 p. 2).

As cooperativas agrícolas tradicionais, segundo Oliveira e Hespanhol (2011), se especializaram na produção de *commodities* e no uso de tecnologias voltado à exportação. Os pequenos agricultores foram sendo excluídos em função de suas limitações quanto aos fatores de produção, terra e capital, em favor dos maiores produtores que se adaptavam melhor ao padrão modernizante. Mas, segundo os autores (2011), a partir da década de 1990 o modelo organizativo do associativismo ganhou maior expressão, em função, principalmente, de questões legais que estabeleciam menores implicações econômicas aos associados no caso de falência ou endividamento da organização.

O modelo de cooperativa, de acordo com Oliveira e Hespanhol (2011), ainda é considerado como o mais adequado quanto a gestão competitiva do processo produtivo agrícola. E, segundo os autores, a criação de uma associação tem sido utilizada também como um “estágio probatório” para avaliar o nível de participação dos produtores rurais, podendo esta seguir etapas para a constituição de uma cooperativa. Ainda assim, é inegável que a organização associativa potencializa as capacidades, principalmente de pequenos agricultores, possuindo características que facilitam a gestão inicial e a mobilização em torno de objetivos comuns, sejam estes produtivos ou comerciais.

De acordo com o site *Fairtrade Internacional (FLO)*³, “o comércio justo é uma abordagem alternativa ao comércio convencional baseado em uma parceria entre produtores e consumidores”. São oferecidas aos produtores melhores condições de negociação e a oportunidade de melhorar suas condições de vida através da geração de renda. Além disso, oportuniza-se aos consumidores um meio de reduzir a pobreza com suas compras do dia a dia. Assim, segundo a *Fairtrade Internacional*, quando um produto leva o selo *Fairtrade*, significa que produtores e compradores seguiram os padrões *Fairtrade*, que buscam corrigir os desequilíbrios de poder nas relações comerciais, instabilidades e injustiças do mercado convencional.

Em 2009, a *Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)* e a Organização Mundial do Comércio Justo (WFTO) aprovaram a Carta de Princípios do Comércio Justo,

³ Disponível em: <http://www.fairtrade.net/what-is-fairtrade.html>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

sendo esta o único ponto de referência internacional para o Comércio Justo. Segundo a Carta de Princípios, o termo *Fairtrade* é utilizado para indicar o sistema de certificação de produtos, o selo de Comércio Justo, controlado pela *Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)*. A carta apresenta a definição geral de Comércio Justo, os princípios fundamentais e a visão comum. Neste sentido,

A definição atualmente aceita de comércio justo é a seguinte: "o comércio justo é uma relação de comércio, com base no diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional." Contribui para melhores condições de comércio oferta de desenvolvimento sustentável e garantir os direitos dos pequenos produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente os do Sul. As organizações de comércio justo, apoiadas pelos consumidores, estão envolvidas ativamente no apoio a produtores, sensibilizar e desenvolver campanhas para conseguir mudanças nas regras e práticas do comércio internacional convencional. (*Carta De Los Principios Del Comercio Justo*, 2009, p. 6).

Quanto às normas, segundo o site da *FLO*, existem dois conjuntos diferentes de comércio justo que reconhecem grupos distintos de produtores menos favorecidos no mercado. As normas se aplicam diferentemente a estes grupos, um abrange pequenos produtores organizados em cooperativas ou outras organizações democráticas; o outro se aplica a trabalhadores cujos empregadores pagam salários decentes e garantem seus direitos.

O Comércio Justo tem seus preços mínimos estabelecidos pela *Fairtrade Standards*. Estes preços são aplicados aos produtos certificados e têm como objetivo garantir uma remuneração justa aos produtores, para que estes possam cobrir seus custos médios de produção sustentável. Protegem-se, com isso, os produtores das oscilações do mercado, quando os preços caírem abaixo do nível que garanta a sustentabilidade. Já nos períodos em que os preços do mercado convencional estão acima dos mínimos estabelecidos, estes devem ser aplicados.

De acordo com o site *Fairtrade International*, enquanto a *FLO* é responsável pela gestão estratégica da *Fairtrade*, estabelecendo os padrões de comércio justo, "a *FLO-CERT* é uma empresa de certificação independente, de propriedade da *FLO*". Ela é responsável pela inspeção dos produtores e comerciantes, para garantir que eles cumpram as normas do comércio justo. Os produtos certificados recebem um selo com a marca *FAIRTRADE*, que garante que as normas internacionais foram cumpridas.

As normas de certificação são classificadas de acordo com o grupo de interesse. No caso das pequenas organizações de produtores, existe uma relação de critérios de enquadramento, os "Critérios do Comércio Justo *Fairtrade* para Organizações de Pequenos Produtores". Como princípio geral, a maioria dos produtores membros da organização

pretendente deve ser de pequenos proprietários que não dependem exclusivamente de trabalhadores contratados, mas que usam principalmente a força de trabalho familiar. Além disso, quanto à democracia, os lucros devem ser divididos igualmente entre os produtores, sendo garantido também a todos o direito de voto nas tomadas de decisão.

Segundo a FLO, nenhuma organização de produtores pode tornar-se certificada sem passar por uma inspeção inicial que, realizada por auditores da FLO-CERT, encaminhará os relatórios de avaliação a uma comissão de certificação. Emitida a primeira certificação de Comércio Justo, as inspeções locais passam a ser anuais.

Para Mendes e Matos (2010), obter a certificação de comércio justo para um produto é um processo exaustivo, que exige esforço e dedicação dos cooperativados. Sendo assim, é necessário antes do início oficial, o cumprimento de sete pré-requisitos instituídos pela FLO: transparência e corresponsabilidade, treinamento e apoio, pagamento de um preço justo, igualdade de sexos, condições de trabalho, respeito ao meio ambiente e certificação de produtos de comércio justo (SEBRAE, 2007 apud MENDES; MATOS, 2010).

Este processo de certificação, segundo Mendes e Matos (2010), levou pouco mais de um ano para a cooperativa de citricultores ECOCITRUS. Certificada em 2006 com 112 associados, todos os documentos e custos do processo, incluindo as despesas das avaliações da certificadora, são de responsabilidade do solicitante, além da necessidade de ajustes nas embalagens e formas de manuseio exigidas pelo mercado europeu.

As dificuldades referentes à entrada no mercado justo, segundo Mendes e Matos (2010), reduzem o potencial de certificação dos produtores brasileiros, elencando dificuldades como o idioma, os prazos e a burocracia. Além disso, a falta de informações leva a um processo ainda mais exaustivo para os pequenos produtores a atingir novos mercado e obter o selo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho foi a pesquisa qualitativa, utilizando-se dos procedimentos de pesquisa bibliográfica, observação e entrevistas semiestruturadas. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicitação da dinâmica das relações sociais”. Segundo Silva e Menezes (2005, p. 20), “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”.

A pesquisa foi desenvolvida junto a um grupo de citricultores membros da Associação dos Citricultores de São José do Hortêncio/RS (HORTENCITRUS). Grupo este que vem se organizando na busca por novas alternativas para o desenvolvimento da atividade, como a sua entrada no “Mercado Justo”. Estes agricultores também estão integrados atualmente a Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul Ltda. (COOFRUTAF), que sediou o Encontro Internacional do Comércio Justo.

A escolha deste grupo de agricultores se dá em função de sua atual demanda por apoio externo. Isso porque se percebe a necessidade de mudanças e adequações aos novos objetivos, não apenas comerciais, mas de organização enquanto grupo que visam ao desenvolvimento rural local, para identificar quais são suas principais demandas e fontes de apoio externo e apontar como se dá a relação com a assistência técnica e extensão rural.

Na busca por compreender como se originou esta organizações de base, a associação HORTENCITRUS, seu vínculo com a cooperativa COOFRUTAF e qual o papel desempenhado pela ATER pública em todo este processo, foram realizadas entrevistas com dez agricultores associados à HORTENCITRUS e com o então secretário da agricultura municipal de São José do Hortêncio.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro semiestruturado, para direcionar o diálogo aberto (Apêndice A). Permitiu-se assim maior liberdade para que o agricultor exponha suas percepções e para orientar os assuntos visando apreender informações relevantes sobre os temas de interesse. Foi utilizado um caderno de campo para registrar as informações. As entrevistas com os agricultores foram realizadas no período que compreende os meses de março e abril de 2013, sendo que todas as entrevistas foram realizadas nas propriedades, com média de duração entre duas e três horas cada.

A escolha dos associados para a realização da entrevista levou em consideração apenas o cuidado de selecionar produtores associados residentes em diferentes áreas do município. Buscaram-se produtores associados das localidades de Campestre, Arroio Bonito, e também no entorno do centro da cidade. Além disso, foi feita uma consulta da disponibilidade dos agricultores para participação na pesquisa, para então efetivar o agendamento. Além deste consentimento informal, foi apresentado aos agricultores selecionados para entrevista um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), que explica os objetivos da pesquisa e sua participação.

Depois de realizadas as entrevistas com os agricultores, identificou-se a necessidade de buscar mais informações sobre o processo que desencadeou o surgimento da associação HORTENCITRUS e a atuação dos órgãos de ATER pública nas questões teóricas, no planejamento e na mediação de todo o processo, desde o surgimento da “ideia”, até a posição atual. Para buscar mais informações, foi realizada uma entrevista com o secretário municipal, o qual foi indicado nas entrevistas com os agricultores como agente organizador e responsável pela mobilização de todos os agricultores em torno da associação HORTENCITRUS. Esta entrevista foi realizada no dia 9 de maio de 2013, também seguindo um roteiro semiestruturado apresentado no apêndice B deste trabalho.

As entrevistas com os agricultores revelaram a atuação pouco expressiva da EMATER local nas atividades da HORTENCITRUS. Este resultado demonstrou uma condição diferente do que a observação empírica externa apresentava, uma atuação ativa com base em metodologias participativas. Esta descoberta direcionou a pesquisa ao agente externo atuante, a Secretaria Municipal da Agricultura. A pouca participação do escritório municipal da EMATER na HORTENCITRUS e o fato deste se encontrar em fase de transição de técnicos, dificultou seu envolvimento neste trabalho.

A observação científica, segundo Almeida (1989), deve buscar objetivos específicos, utilizando as hipóteses e o referencial teórico como estrutura para categorizar observações específicas. Ainda segundo o autor, apesar de ser uma técnica independente, a observação pode ser aliada com outras técnicas de investigação, sendo facilmente combinada com a entrevista.

Neste estudo, a observação foi utilizada principalmente nas reuniões da associação. Trouxeram-se informações preliminares às entrevistas nas propriedades dos agricultores. As observações auxiliaram e enriqueceram as informações obtidas com as entrevistas, pois as

reuniões mensais dos citricultores se apresentaram como momento de rico debate e troca de experiência entre os mesmos.

4 A ASSOCIAÇÃO DE CITRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO/RS E A EXTENSÃO RURAL

4.1 A APROXIMAÇÃO À HORTENCITRUS

A ida a campo foi iniciada pelas reuniões da associação HORTENCITRUS. Realizadas em um auditório dentro das instalações municipais da câmara de vereadores, ocorrem todos os meses sempre em segundas-feiras à noite, agendadas e coordenadas pela Secretaria da Agricultura através de seu secretário. Estas reuniões, de pouco mais de uma hora de duração, apresentam informações gerais sobre o andamento dos projetos de médio e longo prazo da associação.

A primeira participação na reunião foi solicitada ao secretário e, após uma conversa sobre os objetivos da pesquisa e o interesse no processo de construção da associação, foi consentida e agendada. Nesta primeira reunião, o pesquisador deste trabalho foi apresentado aos agricultores presentes pelo secretário municipal e convidado a falar, expondo aos agricultores o interesse de pesquisa na iniciativa única no município de formar uma associação de produtores rurais com foco no apoio da ATER pública dada a este processo.

Neste primeiro contato foi possível perceber que a demonstração de interesse de pesquisa em suas iniciativas agradou aos agricultores, pois como foi exposto pelo grupo, demonstra que já há visibilidade local e regional de suas atividades. Deste contato inicial, o secretário de agricultura concedeu a relação de associados com informações de telefone, endereço, documentação e situação de vínculo na associação, além de aprovação coletiva dos agricultores presentes (12 associados) para a efetivação da pesquisa.

Ao iniciar a apresentação do interesse e dos propósitos da pesquisa, um questionamento de um associado merece ser destacado: “O seu interesse com relação a nós e nossa atividade é de nos ensinar ou de aprender com a gente?”. Ao responder o questionamento apresentando e ao apresentar os objetivos da pesquisa quanto ao interesse na opinião dos agricultores, a reação positiva do grupo ficou evidente, pois houve uma abertura ainda maior do diálogo naquele momento, como a resposta do produtor: “não me leve a mal, mas é que para vir ficar apontando e dizendo pra nós o que deve ou não ser feito, já conhecemos vários”.

Antes de iniciar as visitas às propriedades, o pesquisador acompanhou mais uma reunião da associação. Mas o acompanhamento ocorreu apenas como ouvinte, pois a falta de material documental sobre a associação e a dificuldade inicial observada de encontrar informações preliminares, devido à pouca disponibilidade de tempo dos associados e dos apoiadores externos (Secretaria da Agricultura e EMATER) tornava muito obscura uma ida a campo, o que poderia dificultar o potencial provocador de diálogo do pesquisador.

Nesta segunda reunião, algumas características foram se evidenciando. A primeira delas é referente à participação dos agricultores nas reuniões, tema este posto em debate durante a reunião. Na primeira reunião compareceram doze associados de um total de vinte e dois membros, já nesta segunda reunião, compareceram apenas nove associados. Esta pouca participação que, segundo o debate do grupo vinha ocorrendo nos últimos encontros, passava a se tornar preocupante.

No debate, os agricultores apontaram que, dos 22 associados, apenas quinze possuíam uma participação ativa nas reuniões, sendo que os demais ainda não haviam assimilado um “espírito de associação”, pois estavam integrando apenas documentalmente. Para o grupo, esta participação apenas simbólica de alguns agricultores representa apenas uma expectativa de que caso houvesse sucesso futuro, estaria “com sua presença garantida”. Foram debatidas então, entre os agricultores, formas de envolver os demais nas reuniões e compromissos, sendo definido por consenso que uma convocação para rediscussão do estatuto da associação fosse feita para discutir o tema mais profundamente, mas com o intuito inicial de definir critérios mínimos de participação do associado.

Outro tema em pauta era referente aos pagamentos feitos pela venda do óleo extraído das “bergamotinhas verdes”, único produto comercializado até o momento pelos agricultores via cooperativa COOFRUTAF. Entre os citros produzidos pelos agricultores, a bergamota, também conhecida como mexerica ou tangerina com nome científico *Citrus reticulata* (Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária EMBRAPA, 2013), é a única comercializada pela associação até o momento.

As atividades da associação até o momento estão voltadas à comercialização do óleo essencial extraído da bergamota verde. A bergamota verde vinha sendo um resíduo do processo produtivo nos últimos anos após a adoção de técnicas de “raleio”. Segundo os agricultores, este raleio consiste na retirada parcial das frutas ainda em estágio inicial de desenvolvimento (“imaturas”), evitando um excesso de frutas na planta. Com isso, permite-se que as frutas restantes desenvolvam-se mais, atingindo dimensões que, segundo os

produtores, atendem melhor os “padrões de qualidade” exigidos pelos clientes no momento da comercialização *in natura*.

Com o emprego da técnica de raleio, estas frutas arrancadas ainda em estágio inicial de desenvolvimento eram eliminadas pelos produtores ou deixadas na própria lavoura. Vendo uma oportunidade de negócio, a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS) de Montenegro adquiriu um equipamento para a extração do óleo da casca da bergamota verde, utilizado na área cosmética e com grande potencial de exportação. Com este potencial de processamento e de consequente demanda por frutas com estas características, a cooperativa ECOCITRUS procurou por oferta de bergamota, visando abastecer o equipamento.

Ainda nesta mesma reunião, o presidente da associação, em conjunto com o secretário de agricultura, comunicou aos produtores a liberação do pagamento das vendas do óleo extraído no ano anterior, da comercialização efetivada via COOFRUTAF com auxílio da ECOCITRUS. Segundo relatado pelos agricultores, esta comercialização do óleo ainda não havia sido paga, e isso gerou muita desconfiança no grupo. Mas, mesmo assim, já estavam comercializando a produção atual sem ainda ter recebido os valores referentes à venda anterior.

Este fato por si só já merece destaque, pois demonstrou a insistência e confiança dos agricultores perante a comercialização deste produto. Sendo que, segundo os produtores, já na primeira venda o recebimento não veio. Ainda assim, no ano seguinte, foi novamente comercializada, demonstrando que havia confiança neste processo que, segundo os relatos de alguns produtores após a reunião, se deve à confiança depositada sobre o secretário da agricultura. Este intermediou toda a negociação e conduziu de forma aberta com os agricultores, levando as situações para decisões conjuntas, em que o diálogo aberto dividiu as responsabilidades pelas decisões entre o grupo. Esse fato evitou polêmicas e desconfianças.

De acordo com o relato dos associados TF e SR, o secretário da agricultura se dispôs a adiantar o pagamento aos associados com recursos próprios, para que não houvesse a desmotivação dos associados quanto ao andamento da associação HORTENCITRUS. Entretanto, segundo os produtores, a certeza transmitida pelo secretário ao longo do processo e a decisão conjunta levaram a uma divisão de responsabilidades, o que permitiu a sustentação da associação, pois segundo o produtor TF, “certas ou erradas, as decisões são em conjunto, só assim se mantém um associação”.

As reuniões mensais da HORTENCITRUS têm atendido aos esclarecimentos gerais e cumprido um papel de manutenção da ideia de grupo nos produtores. Esta tem sido de grande importância, pois o diálogo entre os produtores avança sobre novas perspectivas, abordando novos temas, sejam referentes a preocupações ou a inovações. Entre estas conversas, ainda nesta segunda reunião, pôde-se observar o avanço de discussões sobre um problema comum entre os associados: a dificuldade com sucessão familiar em suas propriedades e expectativas para contorná-las.

Os produtores iniciaram neste debate sobre a sucessão familiar com brincadeiras referentes à idade dos associados, atribuindo uns aos outros uma idade “avançada”. Sendo que a média de idade do grupo de agricultores estudados é de 47 anos. Foi citado por dois produtores, as reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, onde segundo estes, só participavam pessoas “de mais idade”, mais um indício da falta de jovens interessados. Após, alguns produtores destacaram suas situações, cujos filhos não estão mais na atividade ou não pretendem seguir.

A necessidade de políticas públicas de incentivo à permanência do jovem foi imediatamente introduzida na discussão, com medidas que vão além do crédito rural segundo os produtores que se revezaram em críticas a esta carência. A formação da associação e as novas possibilidades do comércio justo foram levantadas pelo secretário da agricultura como uma ação inovadora que busca justamente promover melhorias para os agricultores, utilizando este debate para fortalecer a importância da associação para seus associados. A resposta de um produtor às colocações do secretário foi imediata, “algo precisa ser feito e estamos fazendo, os resultados virão com o tempo”.

Outro tema debatido entre os produtores é a redução do uso de agrotóxicos e a preocupação com as quantidades. Também ficou de certa forma implícita uma grande carência de informações sobre produção agroecológica, onde os produtores destacaram as incertezas quanto à viabilidade de produzir e principalmente de comercializar com valor agregado capaz de cobrir os custos de produção. Os resultados da Ecocitrus sempre debatidos devido a sua participação na COOFRUTAF, como exemplo regional, agem como provocação ao agricultores. O interesse com que os agricultores debateram livremente sobre estes temas demonstrou haver uma percepção entre os produtores da associação como espaço para debate.

Após a participação em uma primeira reunião e a observação na segunda, foram iniciados os primeiros agendamentos de entrevistas nas propriedades por telefonemas. Buscaram-se momentos de disponibilidade dos agricultores para evitar interromper rotinas de

trabalho que gerassem desconforto no diálogo e que pudessem interferir na qualidade das entrevistas.

4.2 PERCEPÇÕES DOS PRODUTORES SOBRE A EXTENSÃO RURAL

O processo em que estão inseridos, único no município, diferencia a percepção dos agricultores quanto ao papel e às ações da ATER pública. Por isso, são importantes, sendo o resultado da atuação conjunta de entidades públicas com o objetivo de promover novas oportunidades à agricultura familiar da região. A sua percepção com relação às atividades desenvolvidas até o momento permitirá entender um pouco mais sobre esta iniciativa e principalmente sobre a atuação da ATER pública enquanto agente de desenvolvimento.

A primeira entrevista foi realizada na propriedade do associado S.R., no dia 16 de março de 2013. Algumas observações do Sr. S.R. merecem destaque, pois o produtor acredita que a EMATER, como operacionalizadora oficial de ATER pública, não tem estrutura no município com apenas um técnico para dar o suporte necessário aos agricultores no campo. Por isso prioriza as atividades de escritório. Mas, segundo ele, a própria HORTENCITRUS é fruto do esforço e interesse real do secretário da agricultura do município, pois sem sua atuação em mobilizar os agricultores e, principalmente, facilitar e orientar nas questões burocráticas, não haveria associação, considerando fundamental a atuação de ATER pública em prol da agricultura familiar.

Questionado sobre sua participação em cursos, treinamentos ou dias de campo, o agricultor S.R. destacou a participação dos associados da HORTENCITRUS em cursos ministrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Quem articula esses cursos é a secretária da agricultura do município, para atender a requisitos necessários ao objetivo da cooperativa COOFRUTAF de acessar o Mercado Justo.

Quanto aos cursos e treinamentos do SEBRAE, para o agricultor S.R., os agricultores “assistiram” ao curso. No entanto, foram, de certa forma, “obrigados” a comparecer, para poder aderir ao mercado justo, pois em alguns dos treinamentos os técnicos não envolveram os agricultores e, principalmente, não trouxeram exemplos práticos ou vinculados à realidade local. Em alguns casos, só havia exemplos do nordeste brasileiro, sem ao menos visualizar estas ações aqui.

Quanto a sua relação com a EMATER, mesmo considerando uma boa relação, o agricultor S.R. relatou experiências negativas: uma com um técnico anterior, que acabou tendo envolvimento político no local. Segundo o produtor, ao buscar auxílio técnico no escritório (dentro da prefeitura na época), foi mandado procurar auxílio em outro lugar. Outra experiência mais recente, em saída de campo a uma feira, ao conversar com um técnico da região que estava propondo uma técnica já testada por ele, teve suas opiniões reprimidas pelo técnico. Para o produtor S.R. “eles (técnicos) nunca erram, não levam em consideração o local, só copiam de outros lugares e não sabem se vai dar certo ou não, mas se não der, arrumam uma desculpa, normalmente o agricultor que não fez direito”.

Outra questão destacada pelo agricultor S.R. é sua preocupação com o uso de agrotóxicos em suas experiências, pois, ao introduzir um novo produto ou técnica e comprovar seus resultados, ele padroniza, tendo em seus pomares as técnicas e métodos de produção sempre bem definidos, sem incertezas. Por isso, passa a ser referência a outros produtores e aos próprios técnicos. Além do uso controlado dos agrotóxicos, seu interesse por produção orgânica não é fomentado por falta de suporte adequado, pois ainda falta muita informação e, em vista de sua abertura a novas técnicas, podemos verificar que a ATER pública local não atuou ainda nesta direção.

A segunda entrevista foi realizada em uma propriedade localizada próxima ao centro da cidade. De uma forma geral, o agricultor RB não deposita muitas expectativas quanto à atuação da extensão rural pública. Isso ocorre porque, apesar de ele possuir uma boa relação com os técnicos e utilizar a Secretaria de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o escritório da EMATER do município, tem sua produção e seus princípios produtivos fortemente ligados à utilização de pacotes tecnológicos (adubação química, agrotóxicos, maquinário, etc.). Além disso, está inserido em uma rede retroalimentada de informações e inovações tecnológicas, seja por técnicos vendedores ou por outros agricultores. Uma característica que merece ser destacada é sua participação nula nas atividades da associação HORTENCITRUS. Apesar de ser associado, ele nunca participou das reuniões mensais ou das decisões da associação, já que está inserido na mesma como uma “garantia”, caso esta alcançar bons resultados que, correspondem à demanda por citros a preços acima de mercado, estando apto a comercializar como integrante.

A pouca confiança e a expectativa deste produtor quanto ao papel da ATER pública se reflete em sua participação na associação. Apesar de ter sido convidado pelo Secretário da Agricultura e ter se associado à HORTENCITRUS, ele o fez sem nenhuma perspectiva, não

chegando a participar das reuniões e cursos. A entrevista demonstrou que sua dependência do uso intensivo e descontrolado de agrotóxicos e sua relação com o mercado, no caso a CEASA da capital, tonaram-se uma barreira até mesmo ao simples debate de novas alternativas.

O terceiro entrevistado foi o agricultor CM, que possui grande interesse em buscar conhecimento e novas experiências, mostrando-se um verdadeiro pioneiro no município. Ele destacou-se nos produtos cultivados e nos diversos métodos, tendo sido tema de reportagens em jornais locais. Suas características de envolvimento e interesse por ações coletivas e participativas tem sido fundamentais nos andamentos da associação. Portanto, há na percepção de um agricultor proativo e aberto ao dialogo duras criticas ao papel da EMATER como agente de ATER pública, considerando sua atuação fora do escritório totalmente irrelevante se falar de resultados.

O Sr. CM é o atual vice-presidente da HORTENCITRUS e é quem aposta na associação e na cooperativa como oportunidade de desenvolvimento. Para ele, somente através da união dos pequenos produtores é possível aumentar a força e a representatividade da agricultura familiar. Assim, para o produtor, o foco da associação ainda não foi totalmente atingido, pois segundo ele, “A associação ainda não gerou integração entre os associados, pois são apenas sete ou oito realmente envolvidos”.

O quarto entrevistado foi o agricultor TF, integrante do conselho fiscal da COOFRUTAF. O produtor coloca que o andamento da associação e da cooperativa está muito aquém de suas expectativas e atribui essa lentidão às questões e entraves burocráticos que, em sua opinião, deveriam ser facilitados pelo governo para iniciativas ligadas à agricultura familiar. O produtor ainda enfatiza a necessidade de uma revisão geral nas políticas agrícolas e, principalmente, a utilização de um planejamento estratégico de atuação que oriente as ações de ATER. Segundo o produtor TF:

Não adianta eu fazer um planejamento sozinho da minha propriedade se o entorno não está adequado ou planejado. Assim, se eu não for com os outros, não sou competitivo e não sobrevivo. Regiões são como pessoas, todas são diferentes, e só vai melhorar se no planejamento essas coisas forem levadas em conta, assim, se a região favorece a produção de tal produto, ele deve ser fortalecido e criar condições para ele se manter, se outra região quiser entrar nesse ramo, se crescer o olho para os bons resultados, e ela não tiver as mesmas condições ou outro produto a ser produzido, ela não deve receber os mesmos benefícios. Planejar a agricultura e subsidiar sua produção é o único jeito de “salvar” a próxima geração de agricultores (TF, agricultor entrevistado).

Ainda segundo o produtor, hoje não há condições para a sucessão familiar. Segundo ele, “um pai que deseja o bem para seu filho, não deseja que o filho passe pelo que ele passa na agricultura, não desejo para minha filha os sacrifícios que eu passo todos os dias”. E

quanto ao apoio da EMATER como ATER pública, o produtor aponta que as únicas ações são as liberações de crédito rural. Para ele, “o produtor não tem segurança, jogar dinheiro para ele é fácil, endividá-lo, mas ajudar ele de verdade é difícil”.

O quinto entrevistado foi o agricultor PRR. Próximo dos setenta anos de idade, o produtor enfatizou a importância da ATER pública, especialmente no papel da EMATER como agente de desenvolvimento rural, sendo, segundo ele, diretamente responsável pelos avanços na agricultura do estado. Iniciando na agricultura após o casamento, segundo o produtor, nos três primeiros anos não obteve bons resultados e já não tinha mais recursos; desesperado, procurou auxílio na EMATER que o atendeu prontamente.

A agricultura local no período (década de 1970), segundo o produtor, era de uma produção diversificada para subsistência com comercialização dos excedentes produtivos. Por não possuir conhecimento de produção agrícola, recebeu os técnicos e procurou absorver todo o conhecimento possível, tornando-se pioneiro no local na introdução de plantas, produtos e técnicas produtivas. Assim, foi, segundo ele, o primeiro do local a fazer análise do solo e adubação corretiva, bem como o início da plantação planejada de citros com o foco em produção comercial.

Neste início, o produtor destaca os esforços dos técnicos da EMATER em difundir conhecimentos entre os agricultores e lembra:

Nesta época, lembro que os técnicos de São Sebastião do Caí organizaram uma reunião na sociedade São Jacob para apresentar o citros que estava indo bem pra região de Montenegro e em volta, por que se adaptava bem ao local e poderia ser uma boa alternativa. Também aproveitaram para falar de análise do solo, de adubação, de como seria melhor plantar e por que, e sabe quantos produtores apareceram na sociedade? Cinco, eu fui um deles (PRR, agricultor entrevistado).

Contudo, de acordo com o produtor, após os primeiros resultados de alguns produtores que aderiram aos treinamentos e técnicas difundidas pela EMATER, os demais passaram a se interessar e a demanda por assistência técnica cresceu. Assim, a quantidade de treinamentos, dias de campo e visitas a propriedades e as unidades experimentais eram cada vez maiores.

Para o produtor PRR, a importância dos trabalhos da EMATER nas décadas de 1970 e 1980 foi tamanha que, para ele, “posso dizer que tudo o que consegui foi com o apoio da EMATER”. Mas, segundo ele, atualmente a qualidade e a abrangência do trabalho caíram muito, tendo sua atuação praticamente limitada à atuação dentro do escritório. Com isso, houve a redução da atuação dos técnicos junto das propriedades.

Perguntado sobre suas preocupações com relação à agricultura atual, o produtor PRR responde da seguinte forma:

A maior preocupação é com a situação do pequeno agricultor, a próxima geração não quer mais ficar na agricultura, precisamos de planejamento de verdade e subsídios, é preciso proteger o pequeno agricultor e garantir sua sobrevivência. A associação é uma esperança (PRR, agricultor entrevistado).

A sexta entrevista foi realizada com o agricultor ALB de 41 anos. O produtor trabalha sozinho na propriedade onde mora com o pai idoso. Segundo ele, é difícil opinar sobre a atuação da EMATER, visto que praticamente não viu resultados positivos de suas ações. Para ele, as poucas ações efetivadas além das paredes dos escritórios são direcionadas a produtores de médio ou grande porte, que tenham condições de introduzir com maior facilidade novas técnicas ou tecnologias propostas pelos técnicos. Também considera ser difícil haver maiores atuações dos técnicos pela organização da instituição, pois há apenas um técnico agrícola que atende ainda em outros municípios, além de todo o trabalho burocrático do escritório.

Como trabalha sozinho na propriedade, o produtor utiliza atravessadores para comercializar a produção de citros na CEASA. Convidado a participar da HORTENCITRUS pelo secretário de agricultura, aceitou com a expectativa de uma nova opção de venda para o citros, um novo mercado onde não esteja “preso” a um atravessador.

O produtor não tem participado ativamente das reuniões da associação como de início. Ele alega que a lentidão do processo para a efetivação da comercialização das frutas para processamento do suco é sua maior desmotivação, além de não dispor de tempo para acompanhar os demais nas reuniões da cooperativa que ocorrem sempre em outros municípios. Ainda assim, o produtor afirma manter a expectativa de que a comercialização venha a se efetivar oferecendo uma nova opção, certamente mais vantajosa ao pequeno produtor. Quanto à atuação da EMATER como agente de ATER pública, o produtor afirma que:

A EMATER pode ajudar a melhorar a situação do pequeno, mas pra isso tem que vir de cima, o governo tem que planejar melhor o que eles devem fazer e dar prioridade aos pequenos, por que hoje os agricultores estão ‘por conta’, só oferecem financiamentos e crédito, mas não como usar e aplicar para dar retorno, só prendem os agricultores às dívidas (ALB, agricultor entrevistado).

O sétimo entrevistado foi o produtor JGH. Segundo o produtor, as dificuldades produtivas e comerciais enfrentadas pelos pequenos agricultores demonstram um verdadeiro abandono político baseado em crédito para financiamentos que, segundo ele, favorecem mais as empresas do que o agricultor. De acordo com o produtor JGH:

Agora o pequeno agricultor está abandonado, e é ele que produz alimentos, não há políticas que dêem ao pequeno as mesmas condições no mercado que os grandes. É só olhar o exemplo da CEASA de Porto Alegre, de manhã, quando chegam os grandes compradores, os grandes clientes, o pequeno produtor não pode entrar, é só para atravessadores, e o que acontece é que muitos pequenos produtores acabam vendendo e ficando na mão destes atravessadores, que acabam ficando com todo o lucro, já os produtores que vendem direto na CEASA só podem entrar de tarde, quando os grandes compradores que a estas horas já precisam ter os produtos nas prateleiras já se foram. Assim também é com relação aos direitos trabalhistas, o agricultor contribui muito mais que um funcionário da indústria, mas na hora de se aposentar, só vai receber um salário mínimo. Essas coisas e mais toda a dificuldade em que vive o agricultor e o trabalho sofrido que é, afastam os jovens (JGH, agricultor entrevistado).

O agricultor JGH, ao contrário de muitos outros, aposta na agricultura como “profissão do futuro”. Ele acredita que o aumento da demanda por alimentos e a redução da mão de obra interessada em produzi-los torne a atividade uma das mais valorizadas no mundo e faça com que, conseqüentemente, o pequeno produtor de alimentos encontre condições extremamente favoráveis. De acordo com o agricultor JGH:

Eu e minha esposa estamos tentando ter um filho e, meu sonho é de que ele siga na atividade, quero preparar tudo para que isso ocorra, pois acho que para os próximos dez ou quinze anos a agricultura seja muito valorizada, pois o pessoal tá abandonando a atividade e cada vez mais aumenta a procura por alimentos, vai ser um negócio dos mais valorizados. Já para mim, como agricultor não tem aposentadoria decente, estou junto com mais um amigo também agricultor, planejando abrir um novo negócio, um posto de gasolina, para manter alguma renda depois que eu não conseguir mais trabalhar na roça (JGH, agricultor entrevistado).

Com relação ao papel da extensão oficial, o produtor coloca que “a EMATER tem as armas na mão, só que ainda não usa”. Segundo ele, a EMATER poderá ter um papel importante na ação junto aos pequenos agricultores. Quando as políticas públicas passarem a priorizar este produtor, ele considera que ela será o caminho de atuação mais provável, pois está mais perto do produtor. Mas, também considera que esse papel só será exercido quando a estrutura for preparada para tal e sustentada por políticas públicas adequadas.

Convidado a participar da associação pelo secretário da agricultura, aceitou de imediato, pois acredita que, com mais uma opção comercial e aumento da demanda pela fruta a preço justo, será uma grande oportunidade para os agricultores do local. Além disso, o agricultor destacou a concorrência entre os produtores do local e a dificuldade em criar um “espírito coletivo”. Segundo o agricultor JGH, “aqui, não há trocas entre vizinhos, consigo mais informações na CEASA e nas reuniões da HORTENCITRUS, aqui tem muita concorrência entre produtores”.

O oitavo entrevistado foi o agricultor JBH, o produtor e mais três irmãos trabalham conjuntamente com os demais membros de suas famílias os 40 hectares da família e mais 10

hectares arrendados. Convidados a participar da associação pelo secretário da agricultura, ele e os irmãos consideraram importante participar por ser uma possível alternativa para a laranja de suco, que não possui as características procuradas pelo mercado, tamanho e aparência, pois em ano anterior uma boa parte da produção se perdeu por falta de demanda do mercado. Assim, ele aderiu à associação como uma nova opção comercial para a produção da família.

O agricultor JBH ainda acredita na associação (por enquanto). Mas ele acha que está indo devagar e já poderia ter avançado mais. Mesmo comparecendo as reuniões da associação com frequência e acreditando que a comercialização via cooperativa será efetivada, o produtor não acredita que a venda dos citros para o suco, seja no mercado interno ou para exportação via Mercado Justo, atinja os valores obtidos com a venda das frutas *in natura* na CEASA da capital.

Altamente inserido no mercado de verduras e citros, com comercialização constante e em maiores volumes na CEASA, a sua produção é altamente dependente dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Utilizando a assistência técnica dos fornecedores de químicos, o produtor não vê muitos caminhos para a ATER pública alterar o atual sistema de trabalho e comércio. Segundo o agricultor JBH:

Não vejo muita opção de ajuda por parte da EMATER, não adianta muito. Pra falar a verdade nós normalmente deixamos eles de lado, por que quando vem eles acabam tirando muito tempo da gente, as vezes meio dia. (JBH, agricultor entrevistado).

O agricultor JBH apresenta total desligamento entre a EMATER enquanto agente de ATER público e sua atividade agrícola. O produtor afirma que não tem perspectiva de que ocorram mudanças políticas e estruturais que acabem transformando as ações da ATER pública, permanecendo a situação atual, com o ciclo de absorção de tecnologias controlado pelas próprias empresas e a relação do agricultor com o mercado calcado na livre concorrência com os baixos custos de produção como principal variável.

Para o agricultor JBH, a associação HORTENCITRUS é uma nova oportunidade comercial que pode absorver dois produtos que hoje não possuem valor de mercado: a bergamota verde para extração do óleo e principalmente a laranja para suco, que não apresenta os “padrões de qualidade” exigidos pelo mercado convencional. Para ele, “Não vejo muita perspectiva de mudança para os próximos anos, acho que as coisas vão continuar como estão”.

As duas últimas entrevistas foram realizadas com associados que ocupam maiores papéis na HORTENCITRUS e na COOFRUTAF: os agricultores AJ e PK, que apesar de possuírem realidades produtivas e econômicas pessoais bem distintas, ambos apostam na

associação e na cooperativa como um novo potencial a ser explorado, acreditando profundamente no sucesso de ambas.

Outra posição comum entre estes dois produtores é relativa à ATER pública, pois ambos consideram que a preocupação em atender os pequenos produtores tem aumentado. Isso proporcionou espaço para uma extensão rural mais ativa e planejada, com ações orientadas por um planejamento maior. Houve, assim, a participação do agricultor, principalmente através de organizações como a HORTENCITRUS e a COOFRUTAF.

Concluídas as dez entrevistas propostas e perguntados sobre os serviços de ATER que gostariam de receber, elencam-se abaixo de forma resumida as observações feitas por cada um dos entrevistados:

- “Trocas de informações na propriedade. Suporte técnico para a produção trazendo novas experiências como a produção orgânica”.
- “Rotina de visitas nas propriedades para troca de informações e experiências, propostas viáveis à realidade do agricultor”.
- “Troca de experiências nas propriedades, para testar coisas, alternativas inovadoras sem dependência da indústria”.
- “Planejamentos regionais, direcionando produtos, esforços e recursos para áreas planejadas com subsídios e restrições que garantam a renda do produtor”.
- “A agricultura precisa de subsídios que garantam a sobrevivência do pequeno agricultor”.
- “Apoio específico para as propriedades, levando em consideração a situação de cada produtor. Apoio na gestão das propriedades e recursos, crédito para investimento via projeto com retorno econômico do produtor monitorado”.
- “Não há muito que possa ser feito”.
- Não vê muitas opções de ajuda, “não adianta muito”.
- “Políticas e projetos que coloquem o pequeno produtor em condições comerciais mais favoráveis diante dos maiores produtores”.
- “Respostas técnicas às solicitações viáveis para o local e o produtor com auxílio e comprometimento na implantação”.

Após a realização das entrevistas com os agricultores, evidenciou-se a necessidade buscar mais informações sobre o processo que desencadeou o surgimento da associação HORTENCITRUS e a atuação dos órgãos de ATER pública nas questões teóricas, no planejamento e na mediação de todo o processo, do debate teórico ao estágio atual.

4.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA HORTENCITRUS

Ficou evidente nas entrevistas com os agricultores o papel central exercido pela Secretaria de Agricultura Municipal de São José do Hortêncio e da atuação do secretário municipal. Assim, na busca por compreender um pouco mais sobre este processo, foi elaborado um novo roteiro de perguntas, a qual consta no apêndice B deste trabalho, dirigido ao agente fomentador da HORTENCITRUS, o ex-secretário da agricultura e atual secretário da fazenda do município.

Mesmo tendo deixado o cargo de secretário da agricultura, o Sr. JMH não delegou o apoio à HORTENCITRUS, continuando este trabalho paralelamente ao novo cargo à frente da Secretaria Municipal da Fazenda. A entrevista foi agendada por e-mails e telefonemas e realizada junto ao seu gabinete na Prefeitura Municipal de São José do Hortêncio.

Perguntado sobre o surgimento da ideia de promover a formação de uma associação, o secretário explica que assumiu o cargo de secretário da agricultura em janeiro de 2009. Em seguida, ele passou a participar das reuniões da Câmara Setorial regional de Citricultura do Vale do Caí. Segundo ele, é uma organização formada com o objetivo de discutir temas importantes e alinhamentos estratégicos para a citricultura da região.

A Câmara Setorial regional de Citricultura do Vale do Caí é composta, de acordo com o secretário, por membros das secretarias de agricultura dos municípios do Vale do Caí, por membros da EMATER, Embrapa, cooperativas, instituições de ensino e instituições financeiras, e é realizada a cada quarenta dias. Os debates e questões levantadas nas reuniões são muitas vezes, segundo o secretário, levados à Câmara Setorial da Citricultura. Esta é vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA).

Estas reuniões da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí, segundo o secretário, são coordenadas pelo gerente do escritório regional da EMATER de Lajeado. Colocam-se em debate questões estratégicas à citricultura da região do Vale do Caí, e são organizadas em temas de discussão. Podem estar relacionadas à prevenção de pragas como o *Greening*, doença altamente prejudicial e de difícil controle, bem como a questões produtivas e comerciais, que permitam fortalecer esta atividade de suma importância para a região.

Uma participação que merece destaque na Câmara setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí, de acordo com o secretário, é a Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí (ECOCITRUS). Para o secretário, as experiências da ECOCITRUS trazidas à Câmara de Citricultura do Vale do Caí são fundamentais para o enriquecimento do debate teórico e quebra de paradigmas, ampliando os horizontes das discussões e permitindo traçar estratégias inovadoras para esta atividade.

Foi justamente destes debates na Câmara Setorial de Citricultura do Vale do Caí que surge a ideia de formar associações de citricultores locais nos municípios integrantes. De acordo com o secretário, a provocação partiu do então presidente da ECOCITRUS, vinculando a uma nova estratégia de mercado da cooperativa, à extração de óleo essencial da bergamota verde e à instalação de uma nova planta processadora de sucos, integral e posteriormente também para suco concentrado com foco na exportação.

Conforme o secretário, o objetivo inicial era vincular as pequenas associações de produtores à ECOCITRUS, na forma de prestadora de serviços para posterior comercialização. Assim, as associações conseguiriam agregar maior valor aos produtos, enquanto a ECOCITRUS adquirira volume produtivo suficiente para abastecer seus novos investimentos, unidades produtivas e equipamentos.

Já neste período a ECOCITRUS estava certificada a comercializar via Mercado Justo, segundo o secretário. Este era o grande objetivo para as pequenas associações: certificá-las para comercializar seus produtos no mercado justo, utilizando apenas a capacidade de processamento da ECOCITRUS como prestador de serviços.

Assim, segundo o secretário, ele iniciou as iniciativas de mobilização dos agricultores de São José do Hortêncio, propondo uma nova alternativa comercial através da busca pelo Mercado Justo. Para ele, este seria o grande atrativo da proposta que provocaria nos produtores o interesse na participação. Porém, segundo ele, há no município um paradigma negativo muito forte em relação aos termos associativismo e cooperativismo.

Para o secretário houve dois grandes entraves para a formação da associação no município. Primeiramente, a aversão de muitos produtores às cooperativas e associações, provocadas, segundo ele, por diversas experiências negativas de produtores na região, principalmente cooperativas que vieram à falência atribuída a desvio de recursos. O secretário afirmou que alguns agricultores colocaram a iniciativa como “mais uma maneira de roubar o dinheiro dos agricultores”, demonstrando claramente uma reação muito forte contra esse sistema organizacional.

O outro entrave encontrado pelo secretário foi a rivalidade político-partidária. Segundo ele, por se tratar de um município pequeno e dividido em dois grupos político-partidários bem distintos, a rivalidade atinge patamares tão expressivos que faz com que muitos agricultores não se permitam dialogar em grupos “mistos” em relação à preferência partidária. Esta questão, extremamente delicada, só foi possível ser contornada, segundo o secretário, em função de sua postura de neutralidade política, mediando conversas e debates para que não atinjam assuntos partidários. Para ele, sua carreira profissional fora do município por muitos anos contribuiu para preservar essa neutralidade político-partidária, aspecto fundamental para a mobilização dos agricultores.

As investidas na busca por agricultores interessados iniciaram dentro da Secretaria da Agricultura, na medida em que os agricultores vinham até lá por outros motivos, e também com o apoio da EMATER do município através de seu técnico extensionista, que também participa da Câmara Setorial de Citricultura do Vale do Caí. Não sendo o suficiente, o secretário foi a campo nas propriedades conversar com os agricultores, explicando com mais detalhes a iniciativa. Assim, segundo ele, foi possível articular a primeira assembleia com treze produtores para formar a associação.

O secretário se encarregou de redigir um estatuto inspirado em outras associações similares e levou para este primeiro encontro para dar corpo aos debates e adequá-lo à nova associação. Assim, em julho de 2009, após a primeira assembleia e a eleição da diretoria é registrada a Associação de citricultores de São José do Hortêncio HORTENCITRUS. Após a oficialização, mas ainda em estágio inicial, novos produtores aderiram à associação, chegando a ter vinte e oito associados. Ocorreram também algumas desistências posteriores que deixam a associação com atuais vinte e dois associados.

Toda esta etapa desde a ocupação no cargo da secretaria municipal da agricultura, passando pela primeira participação do secretário na Câmara Setorial de Citricultura do Vale do Caí, até a fundação da associação HORTENCITRUS se deu em um período de aproximadamente seis meses. Após a fundação das associações municipais de citricultores, segundo o secretário, nas reuniões da Câmara Setorial de Citricultura do Vale do Caí, identificou-se um novo entrave para a sequência do planejamento: devido à impossibilidade de comercialização da produção via associação, a ideia inicial era efetuar as vendas e repartir os rendimentos diretamente nas contas bancárias dos associados; mas o que se constatou é que se incidiriam impostos onerosos que dificultariam o processo.

Neste período, segundo o secretário, as associações formadas já comercializavam conjuntamente o óleo essencial extraído da bergamota verde após o processamento da ECOCITRUS. Sendo comercializado para o mercado europeu, atingiu, segundo ele, preços muito acima dos praticados localmente pelas poucas empresas capazes de extrair o óleo essencial. Buscando encontrar alternativas para este entrave nos debates da Câmara Setorial de Citricultores do Vale do Caí, chegou-se a uma alternativa: a criação de uma cooperativa paralela constituída por todos os membros das associações e cooperativas locais vinculadas. Como coloca o secretário, “uma cooperativa mãe”, através da qual seria possível comercializar a produção dos agricultores.

Esta ideia inicial dá origem à Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar (COOFRUTAF). Segundo informações do site oficial da COOFRUTAF, a cooperativa é formada por 280 associados, agrupados em 21 organizações de base, grupos organizados, cooperativas e associações, distribuídas em 17 municípios da região do Vale do Caí. Segundo o site da COOFRUTAF (2013)⁴:

Ela se caracteriza por ser uma cooperativa que funciona como instituição “guarda-chuva”, onde as decisões e demandas são tomadas a partir desses grupos de base para depois serem discutidas, avaliadas e implantadas para a totalidade dos demais sócios.

De acordo com o site oficial da COOFRUTAF, o principal objetivo da cooperativa é a venda conjunta da produção de seus associados, para agregar valor da produção e gerar renda na agricultura familiar. Sobre o processo de criação da cooperativa, segundo o site da COOFRUTAF (2013),

A cooperativa COOFRUTAF é resultado do trabalho conjunto dos agricultores do Pólo produtor de citros do Vale do Rio Caí. Em 2009, com o trabalho de articulação da Ecocitrus na busca da sustentabilidade da agricultura familiar, mostrou-se a importância do cooperar e da união para criação de uma entidade representativa dos produtores de citros. A oportunidade oferecida pela Ecocitrus, com a prestação de serviço na extração de óleo essencial da bergamota verde, foi o argumento na demonstração prática de ganho financeiro.

A iniciativa de quatro empreendimentos pioneiros - Cooperfrutas, Hortencitrus, Companheiros da Natureza e Associação Montenegrina de Fruticultores -, resultou no beneficiamento de óleo essencial cítrico, realizado nas dependências da cooperativa.

Segundo informações do site, a consolidação da COOFRUTAF deu-se no dia 05 de setembro de 2011, com eleição da diretoria e do conselho fiscal. Segundo o secretário municipal de São José do Hortêncio JMH, um dos critérios para entrada na cooperativa é a participação nas organizações locais vinculadas. Ou seja, mesmo permanecendo na

⁴ Disponível em: <http://www.coofrutaf.com.br/historico>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

cooperativa, toda a relação comercial maior e com abrangência regional, a preocupação em preservar as associações originalmente criadas para este fim foi mantida. Para o secretário, isso é muito importante, pois mantém a aproximação e uma relação local entre os produtores, gerando uma integração que facilita o desenvolvimento através da troca de experiências e do debate, além de facilitar a mobilização diante da entidade maior que é a COOFRUTAF.

De acordo com a entrevista com secretário JMH, dois aspectos gerais merecem destaque: a atividade da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí coordenada pelo gerente regional da EMATER de Lajeado, com participação de entidades diretamente interessadas na cadeia produtiva do citros com fins de pesquisa e desenvolvimento; e a participação direta da cooperativa ECOCITRUS, que traz toda sua bagagem de experiências na citricultura orgânica, *case* de sucesso com repercussão nacional e internacional e com preocupação social com a agricultura familiar da região.

O Mercado Justo foi, segundo o secretário, o grande objetivo, utilizado por ele principalmente para o convencimento dos agricultores a aderirem à associação. Segundo o secretário, para romper com os paradigmas locais contrários à formação de associação e cooperativa, foi necessário muito esforço, paciência e persistência. A exposição aos agricultores de uma nova opção de mercado, mais seguro, que vai além de nossas fronteiras e permite agregar maior valor a produção. Ainda assim, o secretário relata ter ouvido de um agricultor associado da HORTENCITRUS, que “só estou me associando pelos 10% da minha produção que são frutas para suco”, em outras palavras, há uma classificação de produto comum entre os produtores, chamada de “laranja pra suco”, trata-se das frutas que não atingem o tamanho e a aparência ideal para venda *in natura* no mercado.

Em outras palavras, o agricultor estava aderindo à associação como alternativa comercial para apenas 10% de sua produção que não possui valor no mercado convencional. Assim, tendo um valor de mercado muito baixo, ao transferir este produto para a venda via cooperativa, não estaria correndo riscos. Isso indica que o produtor mesmo aderindo, não deposita muita confiança no novo mercado, o que também se revelou em algumas entrevistas, indicando que alguns produtores não acreditam que o preço de venda do suco supere os preços de venda das frutas *in natura* na CEASA.

O Mercado Justo foi o plano macro desde o início da proposta de formação das associações locais nas reuniões da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí. Segundo o secretário, a ECOCITRUS que já possuía o selo lançou a proposta. Tendo como objetivo maior a comercialização de suco concentrado via Mercado Justo, decorreram-se

todas as ações, como a formação das associações e posteriormente da cooperativa, utilizando a extração do óleo essencial como único produto até então, visto que as plantas industriais processadoras de sucos ainda não estão concluídas.

Para o secretário JMH, a bergamota verde e a venda do óleo essencial são apenas um “aperitivo”, pois se trata apenas de uma pequena renda paralela aos agricultores, mas que tem servido de “teste piloto” para o desenvolvimento de todo o processo que culminará com o processamento e exportação do suco concentrado via Mercado Justo. Até o momento, a COOFRUTAF comercializou apenas o óleo essencial para o exterior, com apoio da ECOCITRUS, mas nenhuma comercialização foi feita via Mercado Justo.

Questionado sobre seu papel diante da HORTENCITRUS, o secretário afirma que ainda é cedo para que os agricultores assumam totalmente a autogestão da associação, pois ainda há muita insegurança em alguns sócios, incertezas sobre o novo processo comercial e seu potencial de remuneração e risco de vendas. Foi por isso que, mesmo tendo sido transferido da Secretaria Municipal da Agricultura para a Secretaria Municipal da Fazenda, permaneceu com todas as questões relacionadas à associação e continua participando das reuniões da Câmara Setorial Regional de Citricultores do Vale do Caí. Segundo o secretário, “eu ainda não concluí o que prometi para eles, a venda do suco concentrado ao Mercado Justo, somente depois de concluir este planejamento poderei ir me desligando”.

Esta questão relacionada à autogestão da associação merece ser destacada, pois, de acordo com o secretário, atualmente a manutenção das reuniões e motivação dos associados para permanecerem depende muito de sua atuação. Esta questão vem sendo trabalhada no maior envolvimento dos produtores associados nas reuniões da COOFRUTAF, já que apenas o secretário e o presidente da associação em exercício em cada período frequentavam as reuniões da cooperativa. Para o secretário, isso foi uma mudança necessária, passando a levar atualmente ao menos mais um associado junto nas reuniões para que, após as reuniões da associação, ele possa socializar suas percepções no grupo. Evita-se com isso que sejam apenas falas do secretário e do presidente, de modo que se busque transmitir um pouco mais de segurança aos associados.

A maior participação dos associados nas reuniões da COOFRUTAF também é importante para que eles tenham a percepção das proporções já tomadas pela cooperativa e interajam mais com os demais envolvidos, pois as entrevistas revelaram visões limitadas da cooperativa e seu processo de construção em alguns agricultores menos ativos. Esta é uma

boa oportunidade de provocar o maior interesse e participação dos associados nas reuniões da associação.

Questionado sobre a existência de um planejamento para o período após a solidificação da associação com o início do processamento e da comercialização do suco, o secretário destaca alguns aspectos relevantes. Dentre eles, há a revisão do estatuto da associação, buscando ao mesmo tempo proteger os sócios fundadores, principalmente após aparecerem maiores resultados econômicos e a flexibilização do acesso de famílias produtoras do município, que percebam seu potencial, a aderir a um novo mercado e uma nova filosofia de trabalho.

Já para as questões burocráticas e gestão da associação, segundo o secretário, a continuidade das reuniões da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí trata justamente do planejamento estratégico para esta cadeia produtiva. Visa-se, neste sentido, o desenvolvimento e fortalecimento na região. Assim, o suporte estratégico e burocrático virá deste macro planejamento, o que de certa forma, fortalece as ações da cooperativa e conseqüentemente oferece às associações melhores condições de sustentação.

Para o secretário, após serem vencidas estas etapas de produção de sucos integral e concentrado e sua inserção no Mercado Justo, os temas de debate serão voltados à sustentação e a expansão das atividades. Segundo o secretário, os debates já têm atingido estas questões, demonstrando o potencial de planejamento emergente da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí, debatendo, por exemplo, buscar futuramente para os produtos da citricultura do Vale do Caí os selos de Indicação Geográfica e Indicação de Procedência, o que fortaleceria ainda mais a cadeia produtiva local.

Uma questão que merece ser destacada refere-se à construção teórica que deu origem às associações e a cooperativa COOFRUTAF, pois se trata de uma união de forças, entre entidades que atuam ou que têm como papel maior as ações de ATER pública. A EMATER, as Secretarias da Agricultura Municipais e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, aliados a entidades de pesquisa como universidades e a EMBRAPA, entidades financeiras, e de qualificação como o SEBRAE, atuam sobre uma cadeia produtiva através de um planejamento estratégico regional, com um objetivo e um público determinado, a agricultura familiar.

As entrevistas com os agricultores e com o secretário municipal, que é coordenador técnico da associação, revelaram detalhes deste processo. Com isso, permite-se uma análise das iniciativas e ações de ATER pública na cadeia produtiva de citros na região do Vale do

Caí sob a perspectiva técnica, de um membro atuante que participou diretamente de todo este processo desde a concepção teórica até a sua aplicação prática. Sob a perspectiva dos agricultores associados e cooperativados, estão não apenas no papel de beneficiários, mas também de atuantes e decisivos.

Algumas características deste processo precisam ter seu mérito reconhecido, principalmente no que tange ao público a qual as ações são direcionadas: a agricultura familiar produtora de alimentos; ao formato de discussão dos temas referentes à cadeia de produção, por meio da Câmara Setorial Regional de Citricultores do Vale do Caí, envolvendo diversos atores sociais interessados, o que certamente contribui com o enriquecimento dos debates e a consolidação de ideias; o formato de associativismo e cooperativismo que, além de aumentar a integração local e facilitar disseminação de novas ideias e ideais, aumenta a força e a representatividade da agricultura familiar, seja no âmbito organizacional, comercial e político-social.

4.4 TECENDO RELAÇÕES ENTRE AS ATER E A COOPERATIVA DE CITROS

Essa pesquisa, especialmente o trabalho de campo, permitiu evidenciar, entre outras coisas, que a ênfase na parte administrativa dos serviços de ATER pública ocorre tanto no caso da EMATER, quanto da Secretaria de Agricultura do município. Em ambas as instituições, foram identificadas na maioria das entrevistas dos produtores associados, pois, dos dez produtores entrevistados, apenas dois deles avaliaram de forma positiva a atuação da extensão rural nas propriedades, operacionalizada pela EMATER; enquanto a entrevista com o ex-secretário da agricultura reforçou a atuação apenas burocrática do órgão.

A falta de assistência técnica e a ausência de extensão rural pública nas propriedades também podem ser destacadas nas demandas dos agricultores entrevistados, pois das dez entrevistas, cinco apontaram como necessidade de haver uma assistência técnica mais presente no campo para troca de experiências. Demonstrou-se, desta maneira, o interesse dos agricultores não apenas em soluções prontas, mas também em diálogos e soluções alternativas, adequadas a sua realidade econômica e social. A falta de estrutura da EMATER para prestar de forma adequada estes serviços também foi destacada nas entrevistas, reforçando que atualmente não há as condições para a efetivação de trabalhos nessa perspectiva.

Esta falta de assistência técnica nas propriedades e as demandas dos agricultores apresentadas evidenciam que, na atuação da ATER pública junto a estes agricultores, não se encontram elementos metodológicos de uma nova ATER pública. Sem utilização de métodos participativos e sem base em uma organização de profissionais preparados e estruturados. Ainda assim, há diferenciações na construção da HORTENCITRUS, principalmente o foco de ação na agricultura familiar.

O reconhecimento da importância dos trabalhos administrativos da ATER por parte dos agricultores se apresentou nas entrevistas, tanto para as ações da EMATER quanto para a Secretaria da Agricultura. No caso da EMATER, seis produtores consideraram os serviços prestados no escritório entre bons e excelentes, sendo que mais dois produtores consideraram importantes, mas que já foram ou poderiam ser melhores. Durante os diálogos sobre a HORTENCITRUS, a postura técnica e a atuação do secretário da agricultura junto à organização coletiva dos agricultores e aos auxílios burocráticos foram consideradas positivas por unanimidade.

A organização dos projetos de financiamentos e a boa relação pessoal com o técnico extensionista da EMATER foram os principais fatores apresentados para a valorização das atuações administrativas da entidade. Já para a secretaria da agricultura a boa relação com o ex-secretário, o seu envolvimento, seu comprometimento com a associação e a busca por resultados foram os pontos destacados.

As entrevistas confirmaram outro aspecto. Refere-se ao contato entre técnicos e agricultores ocorrendo ainda predominantemente nos escritórios e reuniões distantes das propriedades e da realidade do agricultor. O atendimento no escritório, prática mais utilizada pela EMATER de acordo com Santos (2006), ainda permanece sendo a forma de atuação do escritório local. Também na atuação da Secretaria da Agricultura, pois as reuniões e ações da associação e cooperativa não avançaram muito nesta questão até o momento. Até mesmo os treinamentos efetivados com apoio do SEBRAE não promoveram essa interação nas propriedades dos agricultores, inibindo o diálogo como relatam os próprios entrevistados.

A dificuldade de comunicação entre as partes em função do conhecimento parcial de suas realidades mostrou características específicas nas observações de campo. As reuniões da associação têm permitido o debate. Assim, o desconhecimento técnico produtivo do secretário vem tentando ser superado por ele através de busca por informações e da abertura do diálogo com os produtores. Essa superação tem permitido que eles transmitam suas experiências, de modo que sejam absorvidas por ele, para que depois enriqueçam sua participação junto à Câmara Setorial Regional da Citricultura do Vale do Caí.

Em contrapartida, o secretário demonstra sua preocupação em envolver mais os agricultores nas reuniões da COOFRUTAF. Para tanto, disseminam-se mais as questões burocráticas, muito bem absorvidas por alguns agricultores que já assumiram funções na associação e na cooperativa. Esse processo tem permitido debates mais aprofundados sobre a gestão de ambas as organizações durante as reuniões da associação. Ainda assim, fica evidente a necessidade de ampliar este envolvimento dos demais agricultores na associação, e promover uma maior integração, que poderá ser reforçada à medida que a comercialização do suco aumente a movimentação em torno da associação e cooperativa.

Já para as relações com extensionistas da EMATER, a boa relação pessoal com o técnico local foi destacada. Mesmo assim, diversas experiências negativas com outros técnicos ou com alguns produtores com o técnico local, como é possível verificar nos relatos dos produtores, ainda demonstram muita dificuldade de comunicação entre as partes. Entretanto, também não demonstram haver dificuldade para o rompimento destes paradigmas.

Para isso, é necessária evidentemente uma nova postura dos técnicos, mais flexível e participativa.

A falta de novos profissionais qualificados e preparados para agir como facilitadores, é um dos desafios colocados por Caporal (2003) para o rompimento dos paradigmas difusionistas em direção a uma Nova ATER pública. Neste caso, fica na dependência do interesse e esforço individual do secretário municipal a mediação das relações entre agricultores na construção da associação e cooperativa, mas atuando de forma empírica, pois não há suporte técnico estruturado e qualificado da EMATER local.

Ainda em relação à comunicação entre as partes, foi possível verificar que a falta de atividades de campo pode dificultar ou até mesmo impedir a comunicação entre técnicos e agricultores relacionados às ações na propriedade, já que o agricultor não aceitará propostas pouco embasadas em sua realidade cotidiana e exemplificadas na prática. As entrevistas demonstraram que alguns agricultores não “dão ouvidos ao que o técnico fala”, pois consideram seu conhecimento apenas teórico, sem embasamento suficiente para garantir resultados.

A desvalorização dos auxílios técnicos práticos por parte dos agricultores ficou bem evidente em seus relatos, sobre os recentes cursos recebidos através da associação. Isso porque as entrevistas apontaram a falta do fator local e da experimentação prática na realidade local para os temas apresentados, sendo que apenas dois produtores destacaram terem posto alguns aprendizados em prática após o curso, enquanto os demais desconsideraram totalmente qualquer implantação.

Já quanto a auxílio na propriedade, como relatado em uma entrevista, em que o agricultor preferia que os técnicos nem viessem por “tomar muito tempo”, e em outras duas propriedades onde os agricultores afirmaram que os técnicos vêm buscar mais informações do que efetivamente trazer ou trocar; fica claro que a atual incorporação de tecnologias e de processos independe do serviço de ATER pública. Tratam-se, pois, de métodos e de técnicas convencionais. Não há, assim, espaço para atuação junto aos agricultores, sendo necessário um novo foco de atuação, métodos realmente inovadores e independentes da indústria.

O fluxo de informações e a incorporação de novas tecnologias ocorrem em algumas propriedades por meios dos técnicos vendedores, sendo que quatro propriedades recebem acompanhamento regular dos técnicos, enquanto outras quatro propriedades recebem com menor frequência. Já com relação às trocas de informações entre agricultores, apenas três associados afirmaram haver trocas de experiências entre agricultores, sendo um bom meio de

obter informações. Contudo, quatro entrevistados afirmaram não haver trocas de informações entre produtores e outros três entrevistados afirmaram haver poucas trocas em função da concorrência.

Aliado a essa percepção de dificuldade de diálogo entre os agricultores, dois produtores afirmaram que têm obtido mais informações a partir das reuniões da HORTENCITRUS. Eles demonstraram que esta tem sido, mesmo que ainda timidamente, um mecanismo de abertura de diálogo. Pode ainda ser um indício de haver o reconhecimento de uma identidade de grupo, pois é possível discutir melhorias não estando em meio a concorrentes, maior fator atribuído pelos produtores à falta de troca de informações.

Uma das estratégias para uma Nova ATER pública de acordo com Caporal (2003), a imersão do agente, pode ser percebida apenas como demanda por parte de alguns agricultores, mas podem-se também observar diferentes características. Dos dez entrevistados, cinco expressaram a necessidade de uma maior atuação dos técnicos junto às propriedades, em interação com os agricultores, trocando experiências em diálogo aberto e testando melhorias com envolvimento nas ações. Atender a demandas como esta requer evidentemente um envolvimento e o conhecimento mais aprofundado da realidade local.

Já nas demais entrevistas, o envolvimento dos técnicos nas propriedades não foi citado entre as principais demandas sobre a atuação da ATER pública. Além do mais, são considerados macroplanejamentos e projetos regionais voltados a gerar melhores condições comerciais para os pequenos agricultores e subsídios como prioridade de atuação. Para dois produtores mais tecnificados, fortemente atrelados ao mercado, que utilizam todos os recursos tecnológicos disponíveis e assistência técnica privada, a ATER pública não tem espaço para atuação, não vendo na atualidade ações possíveis sobre a realidade em que vivem.

Estas colocações dos agricultores vêm ao encontro das afirmações de Caporal (2003), onde segundo o autor, sobra pouco espaço para a atuação da ATER pública junto aos maiores produtores. Estes, segundo o autor, já estão inseridos em um ciclo de incorporação de novas tecnologias, mantido por um mercado competitivo e que desenvolveu seus próprios mecanismos para introduzir e difundir novos produtos. Além disso, conforme Caporal e Costabeber (1994), a faixa intermediária de “colonos-fortes” ainda utiliza os serviços da ATER pública, mas apenas para ações pontuais, como encaminhamento de projetos.

As características encontradas nas avaliações dos serviços de ATER pública por parte dos agricultores associados da HORTENCITRUS revelaram uma percepção clara e consciente da realidade dos serviços de extensão rural. Apesar de terem se apresentado

críticas à atuação da EMATER, na falta de atividades de campo, os agricultores atribuíram à falta de estrutura da entidade este problema, não havendo técnicos suficientes e suficientemente treinados para maiores atividades. Já quanto ao trabalho dentro do escritório, como já mencionado, as percepções foram positivas, assim como da atuação da Secretaria da Agricultura.

O que pôde ser percebido é que não houve críticas infundadas ou irresponsáveis, mas sim críticas sustentadas por um rico conhecimento empírico da realidade rural local e regional, de agricultores dinâmicos. Estes mantêm relações com o mercado, que testam e fazem experimentos próprios, sendo referência local, e entre produtores familiares de alimentos.

Também é perceptível a influência da associação e da cooperativa sobre a maioria dos agricultores entrevistados em que se difundem temas relativos ao Mercado Justo. Entre estes, principalmente as preocupações ambientais e o equilíbrio entre produção e preservação, despertando nos produtores o interesse em reduzir gradativamente o consumo de produtos químicos. Também a redução de sua dependência da indústria, visando aumentar a rentabilidade e aumentar a segurança econômica e social, com relação à saúde das famílias, criando condições para a sucessão familiar.

Com relação ao processo de formação da associação de citricultores HORTENCITRUS e as percepções dos agricultores expressada nas entrevistas, revelou-se o papel determinante da ATER pública neste processo com o objetivo claro de promover o desenvolvimento de uma cadeia produtiva estratégica na região, mas que, ao mesmo tempo, tem claramente definido seu público, a agricultura familiar. Iniciada pela gestão regional da EMATER, com a organização das reuniões da câmara setorial, este modelo de atuação segue as colocações da própria EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009). Considerando que para o rompimento de paradigmas em direção a uma agricultura mais sustentável, esta não pode partir de ações pontuais, mas de referências globais em nível de cadeias de produção.

Apesar de não seguir o mesmo enfoque teórico proposto por outros autores para uma Nova Ater pública, como Caporal (2003), onde a participação e os agricultores devem ser priorizados, e não o produto. As mudanças, segundo a EMATER/RS (apud ALMEIDA; NAVARRO, 2009), em direção a uma agricultura mais sustentável, são lentas e exigem adequações em vários níveis, desde a pesquisa, a extensão e os consumidores. Além disso, segundo a EMATER/RS (idem 2009), a mudança de paradigma e a adesão dos agricultores

dependem da viabilidade técnica e econômica das novas tecnologias empregadas, pois é necessário haver verdadeira eficácia e eficiência econômica das novas alternativas, que permitam a manutenção da rentabilidade.

Desta forma de atuação proposta e efetivada pela EMATER/RS, destaca-se na ação que levou ao surgimento da associação e cooperativa, a atuação sobre uma cadeia de produção, abrangendo agricultores familiares toda uma região; a forma organizacional através de associações e cooperativa; e a busca por romper paradigmas através da viabilidade técnica e econômica.

A análise do processo permite destacar alguns fatores específicos que são de extrema relevância. Entre eles, está o papel e a forma de atuação da Câmara Setorial Regional de Citricultura do Vale do Caí, que promove o debate coletivo de equipes multidisciplinares, organizadas de modo a atender objetivos, ao planejamento estratégico da cadeia produtiva visando ao pequeno produtor. A união de forças com interesse comum, organizadas pela ATER pública, permitiu uma mobilização regional, indo além do debate e já adentrando às práticas produtivas e comerciais.

Diretamente relacionada à mobilização coletiva mencionada, o papel da ECOCITRUS também se revelou de extrema importância, pois sua atuação como disseminador de novos conceitos ecológicos, sustentáveis, justos e solidários demonstra um pleno nível de maturidade e expressão. Há a revelação do verdadeiro potencial transformador destes novos conceitos produtivos e comerciais, de uma nova filosofia focada no desenvolvimento humano e rural.

A entrega e a dedicação do secretário da agricultura na mobilização dos agricultores em torno da associação HORTENCITRUS demonstram que é possível, quando orientados sob direções norteadoras. Para tanto, espera-se que os agentes de ATER pública possam atuar de forma mais ativa e integrada ao local, desde que atuando sob um planejamento maior, não apenas através de ações isoladas e limitadas que acabem sufocadas pelas condições de entorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que muitos aspectos positivos puderam ser detectados nesta pesquisa, alguns pontos de atenção também puderam ser observados, principalmente com relação ao distanciamento entre o planejamento macro e os agricultores. Dos dez produtores associados entrevistados, apenas os agricultores que já ocuparam o cargo de presidente da associação e os que fazem parte do conselho fiscal da COOFRUTAF expressaram uma visão das proporções já alcançadas pela cooperativa. Além disso, apresentaram também o estado atual em que se encontra o andamento das ações para o início das atividades de processamento, mesmo que descontentes com a lentidão do processo.

O conhecimento dos agricultores associados do andamento da cooperativa e do processo de construção teórica que conduziu este processo fica evidente em algumas entrevistas, pois, dos dez associados entrevistados, três citaram a necessidade de haver um planejamento regional para cada cadeia produtiva. Houve com isso, substituição de ações pontuais e isoladas da ATER pública por um planejamento capaz de consolidar a atividade e que efetivamente beneficie a agricultura familiar. Isso demonstra uma visão crítica consistente dos agricultores e também que as informações do planejamento regional chegaram até estes, mas não de forma homogênea. Pois, o fluxo de informações e a interação não têm atingido todos os níveis.

Este distanciamento começa a ser combatido pelo coordenador local, à medida que ele percebe a necessidade de envolver mais os associados, devido à espera muito além das expectativas destes na concretização dos projetos de processamento de sucos. Percebe-se a necessidade de um envolvimento maior, a fim de que não se percam mais integrantes, e de a presença de mais agricultores, além do presidente, nas reuniões da cooperativa para que estes verifiquem pessoalmente se o projeto continua evoluindo.

Mesmo que tenha ficado evidente a ampla adoção dos associados, devido a questões estritamente comerciais e econômicas, a introdução gradual de novos conceitos e a promoção de debates teóricos acaba por criar uma massa crítica, capaz de questionar os modelos convencionais e de abrir novos espaços para a experimentação, para a inovação na busca por modelos que promovam um desenvolvimento local mais sustentável.

O próprio modelo organizacional na forma associativa e cooperativa já rompe paradigmas locais, tendo sido já esta a primeira grande barreira local enfrentada e relatada pelo secretário municipal, e sendo ainda um possível fator de risco. Apesar de ser evidente

que este modelo aumente a representatividade da agricultura familiar, dependerá dos próximos resultados econômicos a resposta positiva que os agricultores esperam. Isso é determinante para o rompimento definitivo dos paradigmas negativos e da disseminação positiva da associação.

Assim, conclui-se que o atual momento ainda se encontra em uma espécie de estágio de convencimento e transformação local, que possivelmente irá reformular opiniões e atuações no meio rural. A atuação da ATER pública, apesar de decisiva até o momento, é sem dúvida um fator de preocupação na continuidade deste processo. Isso porque o desligamento da pessoa do secretário e a falta de vínculo com as entidades de apoio não indicam a introdução de uma assistência técnica local preparada. Apesar da existência do planejamento regional, a replicação prática nos locais é decisiva, portanto um aspecto relevante a ser debatido. Esta falta de assistência técnica local estruturada e qualificada para atender as demandas dos agricultores é, sem dúvida, o maior desafio para a sustentação e evolução das ações.

Neste cenário pesquisado, não se verifica a atuação da “Nova ATER pública”, pois não foram encontrados os elementos teóricos debatidos, nas ações práticas de agentes locais. Mas, esta ação promovida pela EMATER regional sobre uma cadeia de produção específica, direcionada à agricultura familiar através de associações e de uma cooperativa, vem conseguindo fomentar debates antes impensáveis no meio rural local. Sobre novos temas, como a redução de agrotóxicos e a preocupação com a dependência das indústrias. E, conforme apontado pela própria EMATER/RS e observado nas entrevistas, para quebrar paradigmas, ainda se mostra necessário a concretização da comercialização e viabilidade econômica para convencimento dos agricultores.

Ainda assim, após as percepções da evolução das atividades da associação e da cooperativa, surge uma questão que ainda não poderá ser respondida por esta pesquisa. Fica, portanto, este espaço para uma verificação futura. Com base nos relatos dos agricultores ao longo das entrevistas, demonstrou-se intensa demanda por trocas de experiências e testes, além da curiosidade demonstrada por alguns agricultores sobre temas como produção orgânica e soluções alternativas, mais baratas e menos dependentes da indústria; houve, assim, a reflexão sobre os próximos passos da associação, se os debates tendem a aproximar-se cada vez mais das propriedades, aprofundando-se a temas como a agroecologia. Isso leva a uma nova questão: o caminho adotado e fomentado pela ATER pública através da associação

e da cooperativa pode levar a uma mudança de paradigmas tão expressiva como a introdução de conceitos sustentáveis e novos métodos produtivos agroecológicos?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (Org.). **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Estudos Rurais).

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182 p.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em outubro de 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Associativismo Rural**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo/associativismo-rural>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A Extensão Rural e os Limites à Prática dos Extensionistas do Serviço Público**. 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Extensão Rural, UFSM, Santa Maria, 1991.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 24, n. 3, set./dez. 1994.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Bases para uma nova ATER Pública**. 2003. 16 f. Capítulo VIII. Santa Maria - RS, 2003.

CHAMBERS, Robert; GUIJT, Irene. DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, Quito, n. 26, p.4-15, mar. 1995.

COOFRUTAF. **COOFRUTAF**: Cooperativa dos Fruticultores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul Ltda. Disponível em: <<http://www.coofrutaf.com.br/>>. Acesso em: 10 de maio 2013.

DEPONTI, Cidonea Machado. **Intervenção para o Desenvolvimento Rural: O Caso da Extensão Rural Pública do Rio Grande do Sul**. 274 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Rural, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

DEPONTI, Cidonea Machado; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. **Dinâmicas de Interface Social e Intervenção Pública: O Caso da Extensão Rural no Rio Grande do Sul**. **REDES: Rev. Des. Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p.195-214, maio/ago 2012.

EMBRAPA. **EMBRAPA**: Mandioca e Fruticultura. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/index.php?p=pesquisa-culturas_pesquisadas-citros.php&menu=>>. Acesso em: 11 de maio 2013.

E.V., *Fairtrade Labelling Organizations International*. **Critério do Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores**. Disponível em: <http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/2012-07-11_PT_SPO.pdf>. Acesso em: 18 de maio 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1ª Edição Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Educação a Distância).

INTERNATIONAL, Fairtrade. Fairtrade Labelling Organizations International, eV. Disponível em: <<http://www.fairtrade.net/what-is-fairtrade.html>>. Acesso em: 12 de maio 2013.

MENDES, Luciano; MATOS, Fabiano Santana de. **Certificação Fairtrade**: um estudo do impacto do selo em duas cooperativas de pequenos produtores rurais. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas - PE, 2010.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Associativismo e Desenvolvimento Rural No Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo. **Revista Geográfica da América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47, p.1-17, II Semestre 2011.

ORGANIZATION, World Fair Trade; INTERNATIONAL, Fairtrade Labelling Organizations. Carta de Los Principios del Comercio Justo. Disponível em: <http://www.fairtrade-advocacy.org/images/stories/FTAO_charters_3rd_version_ES_v1.3.pdf>. Acesso em: 18 de maio 2013.

SANTOS, Nádía Pötter Dos. Educação e extensão rural: um estudo dos diferentes métodos e técnicas utilizados pela Emater/RS. Santa Maria. 2006. 90 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas. **Associativismo e Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/associativismo-e-cooperativismo>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENESES, Eстера Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

WAGNER, Saionara Araujo. **A Extensão Rural no Brasil: Raízes Históricas e os Modelos Clássicos de Intervenção**. 2011. 8 f. Capítulo 2.1 (Superior) - UFRGS, Porto Alegre, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Nome do Entrevistado: _____

Função na propriedade: _____

Data: _____ Local: _____

Entrevistador: Diego Weizenmann

Roteiro Para Entrevista: Identificação e Caracterização socioeconômica

- 1) Qual sua idade? Quantos anos trabalhando na agricultura?
- 2) Qual a origem da família? Quanto tempo mora na propriedade?
- 3) Quantos membros da família moram na propriedade? Quantos trabalham nela?
- 4) As terras são próprias? Quantos hectares são cultivados atualmente?
- 5) Quais os principais cultivos da propriedade?
- 6) Na atividade agrícola são utilizados: Tratores ou máquinas agrícolas, caminhões, adubos químicos, irrigação, agrotóxicos, etc.?
- 7) Qual o principal destino da produção? Se há comercialização, onde esta ocorre e com que frequência?
- 8) Os responsáveis pela produção e comercialização são os mesmos? Quem toma as principais decisões na administração produtiva e comercial?
- 9) Há outras fontes de renda além da atividade agrícola?
- 10) Além da Hortencitrus, você se envolve em outras associações, cooperativas, sindicatos, reuniões de agricultores, etc.?
- 11) O que levou o(a) Sr(a) a se associar a Hortencitrus? Qual sua opinião sobre as atividades da associação até o momento? Quais suas expectativas em relação à associação?

Nome do Entrevistado: _____

Função na propriedade: _____

Data: _____ Local: _____

Entrevistador: Diego Weizenmann

Roteiro Para Entrevista: Percepções quanto aos serviços de ATER

- 1) Na sua propriedade o(a) Sr(a) recebe ou recebeu a visita de técnicos da área agrícola? Se já, quem eles representavam (EMATER, Fornecedores de insumos, associações, cooperativas, sindicato, secretaria da agricultura, etc.)? Com que frequência ocorre? Qual o principal propósito das visitas?
- 2) O(a) Sr(a) utiliza o escritório da EMATER do município? Com que frequência? Quais auxílios são procurados? O(a) Sr(a) considera importante o trabalho dentro do escritório? Por quê?
- 3) O(a) Sr(a) já participou de algum treinamento, palestra, visita de campo ou projeto voltado a agricultura? Quem organizou? Esta atividade trouxe alguma contribuição para o(a) Sr(a)?
- 4) Como o(a) Sr(a) avalia o trabalho da EMATER no apoio aos agricultores? Quais aspectos o(a) Sr(a) considera positivos e quais negativos no trabalho desenvolvido atualmente?
- 5) O extensionistas da EMATER já desenvolveram algum trabalho ou projeto com o(a) Sr(a) ou em sua propriedade? Se já, quem propôs o trabalho? Como o(a) Sr(a) participou da atividade? Atingiu os resultados esperados?
- 6) O(a) Sr(a) procura outra forma de auxílio técnico fora da propriedade? Onde? Para quais situações?
- 7) O(a) Sr(a) troca experiências com relação a implantação de novas técnicas ou produtos com outros agricultores? Onde isso ocorre? Com que frequência?
- 8) Que tipo de auxílio o(a) Sr(a) gostaria de receber da EMATER e seus extensionistas?
- 9) Quando algum técnico extensionista ou de outra entidade propõe uma mudança ou adoção de um novo método de trabalho, como o(a) Sr(a) procede? O(a) Sr(a) testa ou consulta outras fontes?
- 10) Quais são suas principais preocupações com relação à agricultura atualmente? Quais seus maiores objetivos a médio longo prazo? O(a) Sr(a) acredita que a extensão rural pode ajudar? De que forma?

APÊNDICE B



Nome do Entrevistado: _____

Função: _____

Data: _____ Local: _____

Entrevistador: Diego Weizenmann

Roteiro Para Entrevista: HORTENCITRUS, histórico e a busca por novas alternativas comerciais.

- 1) Quando, como e de onde surgiu a idéia de formar uma associação de citricultores em São José do Hortêncio? Como essa idéia se difundiu e se transformou em um objetivo?
- 2) Como você se envolveu ou foi envolvido na associação? Qual seu papel no início?
- 3) Qual era o objetivo inicial dessa associação? Quem apoiou a iniciativa?
- 4) Que medidas burocráticas são necessárias para criar uma associação? Quem se encarregou dessas questões?
- 5) Existe vínculo entre a HORTENCITRUS E A ECOCITRUS? Formal ou informal? Como isso ocorreu? Ela contribuiu com a associação? De que forma?
- 6) Existe vínculo entre a HORTENCITRUS E A COOFRUTAF? Formal ou informal? Como isso ocorreu? Ela contribuiu com a associação? De que forma?
- 7) Quando o Mercado Justo tornou-se objetivo da HORTENCITRUS? Como tomaram conhecimento?
- 8) O que é necessário para se inserir no Mercado Justo? O que a HORTENCITRUS já fez para atender aos requisitos e quem está coordenando estas ações?
- 9) O que ainda é necessário fazer a curto, médio e longo prazo para acessar e preservar o acesso a este mercado e a manutenção da associação?
- 10) Quem vai atender às demandas técnico-burocráticas da associação? Alguma entidade irá garantir o suporte permanente? Qual o papel dos agricultores na gestão da associação?
- 11) Os agricultores estão preparados para a auto-gestão da associação? Está sendo feito algo para que isso ocorra?
- 12) Em sua opinião, que ações ainda são necessárias para o desenvolvimento e a manutenção da associação? Quem e como deverá auxiliar nestas ações?

APÊNDICE C



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “A Extensão Rural na Perspectiva dos Agricultores de São José do Hortêncio” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso “A Extensão Rural na Perspectiva dos Agricultores de São José do Hortêncio” – do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER**, que tem como objetivo “Identificar e discutir as percepções que os agricultores de São José do Hortêncio têm sobre a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “Diego Weizenmann” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso, () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

São José do Hortêncio, _____/_____/2013.